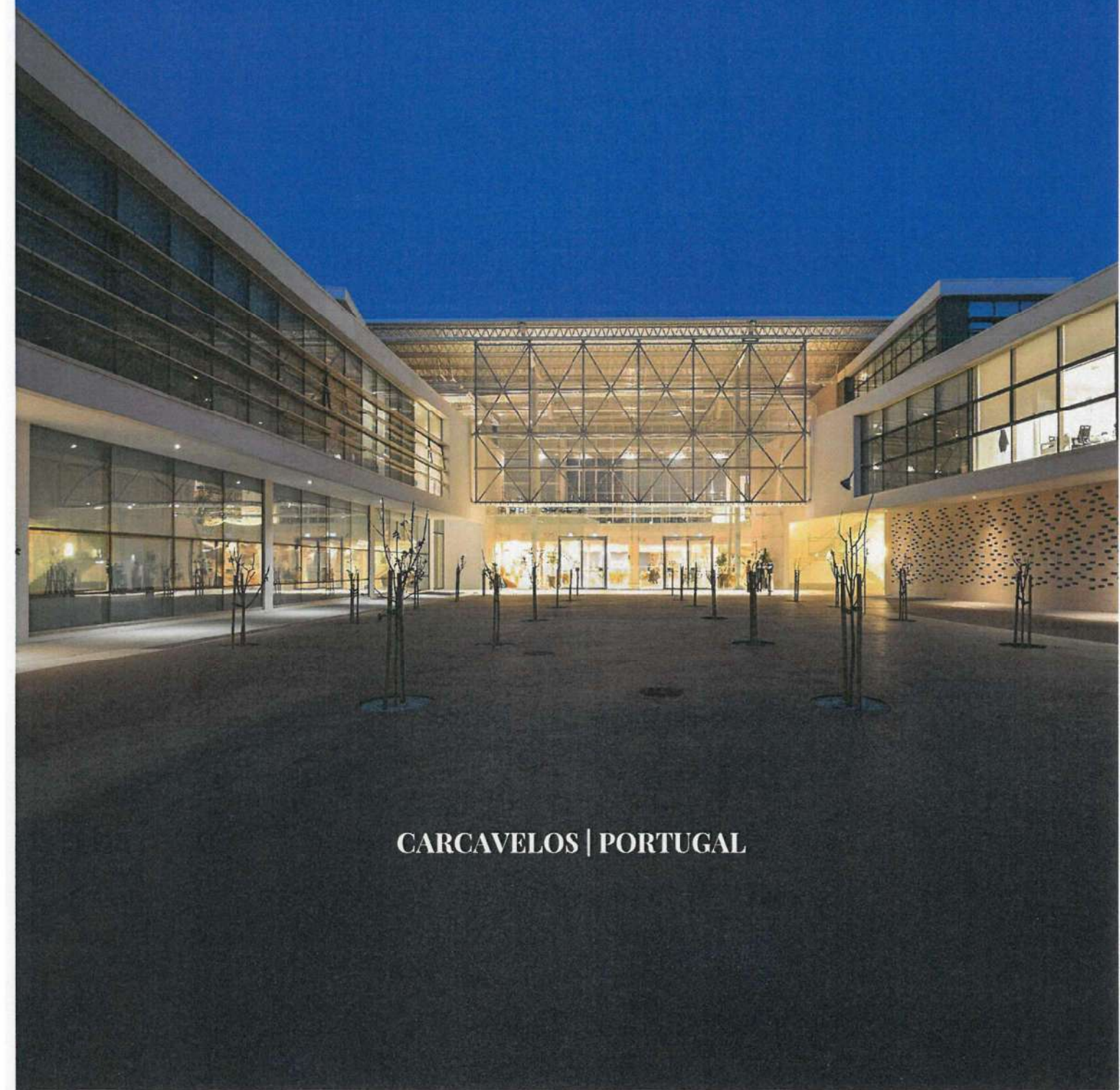


Fundação Alfredo de Sousa

Relatório e Contas, 2022



CARCAVELOS | PORTUGAL

1. A Missão e a Visão

A Fundação Alfredo de Sousa (adiante, “Fundação” ou “FAdS”), instituição de Direito Privado, foi constituída em 16 de Novembro de 2015, e reconhecida em 23 de Novembro de 2015, pelo Ministro da Presidência e do Desenvolvimento Regional, através do Despacho n.º 14880/2015. Viu o seu Estatuto de Utilidade Pública reconhecido pela Presidência do Conselho de Ministros, a 6 de Novembro de 2020, através do Despacho n.º 10907/2020. Nos termos dos seus Estatutos, a FAdS foi instituída com a missão de prosseguir “fins educacionais e científicos, mediante uma atividade de carácter predominantemente científico, através da promoção do ensino e da investigação científica, nas áreas da economia e da gestão e em atividades conexas, orientadas exclusivamente para o apoio ao desenvolvimento e ao funcionamento da Nova School of Business and Economics (Nova SBE)”.

A FAdS conta com cinco entidades instituidoras: (i) Nova SBE; (ii) Município de Cascais; (iii) Jerónimo Martins, SGPS, SA; (iv) Banco Santander Totta, S.A.; e (v) Arica – Investimentos, Participações e Gestão S.A.. Desde a sua constituição, a FAdS estabeleceu mais de 50 protocolos de colaboração com parceiros corporativos privados de diversas áreas de atividade, agregando também mais de 1.500 doadores individuais, numa evidente mobilização da sociedade civil nacional em torno de um projeto com um potencial transformador e de forte impacto, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

O fundo patrimonial da FAdS, constituído pelas dotações em dinheiro (€12.310.000,00) e em espécie (€9.777.401,00) dos seus membros instituidores, ascende atualmente a €22.087.401,00, encontrando-se por realizar em 31 de Dezembro de 2022, o valor de €2.940.000,00 relativos ao Banco Santander Totta, S.A., sendo a sua realização de forma faseada até 30/11/2029, conforme escritura de constituição da FAdS. De referir que, em Outubro de 2020, a dotação em espécie do Município de Cascais, referente ao direito de superfície sobre a parcela de terreno onde o *campus* foi construído, foi atualizada para €9.777.401,00, de acordo com o relatório de entradas em espécie emitido pela BDO & Associados, SROC, Lda.

A FAdS é titular do direito de superfície, pelo prazo de 50 anos, sobre a parcela de terreno situado na Avenida Marginal, em Carcavelos, no Concelho de Cascais, na qual foi construído o *campus* onde a NOVA SBE desenvolve a sua atividade. O referido prazo é automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de 25 anos, salvo no caso de a FAdS não o pretender.

No cumprimento da sua missão, a FAdS centra a sua atenção nas seguintes atividades:

1. Construção, gestão e manutenção do *campus* onde se desenvolve o projeto da Nova SBE;
2. Apoio ao desenvolvimento do projeto da Nova SBE, utilizando para o efeito todos os meios ao seu dispor;
3. A angariação de novos Benfeitores e de novos donativos, apostando numa política ativa de *fundraising* em benefício da Fundação e da Nova SBE;
4. Quaisquer outras atividades adequadas aos fins a que se destina a Fundação.

A FAdS foi constituída com o objetivo de apoiar a Nova SBE na sua jornada para um futuro de co-desenvolvimento, com uma comunidade que atravessa fronteiras e derruba convenções, possibilitando, em paralelo, o seu cada vez maior reconhecimento como uma das melhores *business schools* a nível europeu e mundial.

O Professor Alfredo de Sousa, fundador em 1978 da Nova SBE e o seu primeiro Diretor, foi um influente economista português reconhecido internacionalmente. A Fundação recebeu o seu nome como forma de reconhecimento da sua visão e da sua ambição, bem patentes quer na criação quer no percurso de sucesso da NOVA SBE. A memória viva do Professor Alfredo de Sousa continuará a servir de inspiração à FAdS e ao desenvolvimento da sua missão.

2. Governance

A Fundação Alfredo de Sousa é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida com estatuto de utilidade pública desde 2020, e conta com uma estrutura de *governance* independente:

- A Fundação Alfredo de Sousa tem dois órgãos estatutários, o Conselho de Administração e o Conselho de Curadores;
- O Conselho de Administração é responsável pela gestão do património da Fundação Alfredo de Sousa;
- O Conselho de Curadores é responsável por garantir o cumprimento dos estatutos da Fundação Alfredo de Sousa, dando parecer sobre um conjunto de temas de relevo e procedendo à apreciação geral e fiscalização da administração da Fundação.

Em 2022 entrou em vigor o novo modelo de governo entre a Nova SBE e a Fundação Alfredo de Sousa, tendo sido constituído ao abrigo do mesmo um Conselho Consultivo entre as duas instituições – representação da FAdS neste órgão a cargo de Clara Streit e de Rui Diniz – que participou de forma relevante no processo que conduziu à eleição do Professor Pedro Oliveira como novo Dean da Nova SBE para o mandato 2023-26.

Equipa Mandato 2021-23

Conselho de Curadores

João Sàágua

Presidente do Conselho de Curadores
Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa

Carlos Carreiras

Câmara Municipal de Cascais

Francisco Soares dos Santos

Grupo Jerónimo Martins

José Soares dos Santos

Família Soares dos Santos

Pedro Castro e Almeida

Banco Santander Totta

Ming Chu Hsu

Doadora

Vasco de Mello

Grupo José de Mello

António Martins da Costa

EDP

Majid Mangalji

Westmont Hospitality Group

João Bento

CTT

Raúl Galamba de Oliveira

Doador (Antigo Aluno)

Luís Almeida Costa

Universidade Nova de Lisboa

Equipa Mandato 2021-23

Conselho de Administração

Miguel Pinto Luz

Presidente do Conselho de Administração
Câmara Municipal de Cascais

Alexandra Brandão

Indicada pelo Conselho de Curadores

António Casanova

Indicado pelos Antigos Alunos

Clara Streit

Grupo Jerónimo Martins

Daniel Traça

Nova SBE

Henrique de Castro

Indicado pelo Conselho de Curadores

Henrique Soares dos Santos

Família Soares dos Santos

Rui Diniz

Indicado pelo Conselho de Curadores

Vera Pinto Pereira

Indicada pelos Antigos Alunos

De referir que no dia 27 de Janeiro de 2023, o Administrador Daniel Traça apresentou ao Presidente do Conselho de Administração um pedido de renúncia ao cargo de Vogal do Conselho de Administração com efeitos a partir dessa mesma data. Foi nomeado para o mesmo cargo na qualidade de representante da Instituidora Nova SBE, o Professor António Nogueira Leite.

3. Os *Highlights* do Ano

Implementação do novo modelo de governo entre a Nova SBE e a FAdS

Nova SBE cimentou a sua posição no ranking do Financial Times dos Melhores Mestrados em Finanças, estando neste momento na 11.^a posição a nível mundial

Mestrado Internacional em Gestão da Nova SBE subiu para a 15.^a posição mundial do ranking do Financial Times

The Lisbon MBA cimentou a posição no Top-100 do Ranking Mundial de MBA do Financial Times

4.º Aniversário do Campus de Carcavelos

Forte Dinamização do Alumni Club

Desenvolvimento do Westmont Institute of Hospitality and Tourism

Inauguração do Haddad Entrepreneurship Institute

Realização da 7.^a Edição das Estoril Conferences

Concretização do Projeto Cascais Smart Pole

Realização do SingularityU Portugal Summit: Supermassive

Um Espaço Para Uma Escola de Excelência

Facts & Figures referentes ao ano de 2022

- N.º total de alunos inscritos para o ano letivo 2022/23 superior a 6.000;
- 562 novos alunos de licenciatura inscritos para o ano letivo 2022/23;
- 1.772 novos alunos de mestrado inscritos para o ano letivo 2022/23, dos quais mais de 1.000 alunos internacionais;
- 82 alunos de doutouramento;
- 84 professores de carreira, dos quais mais de 30 professores internacionais;
- N.º total de participantes na formação de executivos superior a 11.000 ao longo do ano de 2022;
- Quadro de pessoal não docente superior a 200 efetivos.

Rankings da Nova SBE

- 3º melhor Mestrado em Economia na Europa (Eduniversal);
- 15º melhor Mestrado em Gestão do mundo e o 14º na Europa com o Mestrado Internacional em Gestão (ranking global Financial Times 2022);
- 11º melhor Mestrado em Finanças do mundo e o 9º na Europa com o Mestrado Internacional em Finanças (ranking global Financial Times 2022);
- 3º ano consecutivo líder nacional em Formação de Executivos: 1º Portugal e 22º mundo (ranking global Financial Times 2022);
- 24ª posição nas Melhores Escolas de Gestão da Europa (ranking Financial Times 2022).

Candidaturas aos programas de Mestrado voltam a bater recorde

A NOVA SBE recebeu perto de 3.500 candidaturas aos programas de mestrado do ano letivo 2022/23, 70% das quais pertencem a candidatos internacionais, um número recorde que reforça ainda mais a forte presença internacional e a oferta curricular de excelência que a escola detém, fruto do reconhecimento internacional alcançado.

O ano de 2022 representou um ano de consolidação ao nível das candidaturas aos programas de mestrado, com um aumento de 2 % face ao ano letivo anterior, sendo os programas do Mestrado em Desenvolvimento Internacional e Políticas Públicas e do Mestrado em Empreendedorismo de Impacto e Inovação os que apresentaram um maior crescimento em termos de candidaturas (+72 % e +41 %, respetivamente).

Alguns projetos e iniciativas desenvolvidas em Parceria

Fellowship for Excellence

Em Setembro de 2022 teve início a 6ª edição – 22/23 do Programa Nova SBE Fellowship for Excellence, que conta com a importante participação dos seus benfeitores e doadores individuais. Este programa reflete a missão da Nova SBE, de atrair e desenvolver talento jovem para que tenham um impacto responsável nas organizações, na nossa sociedade e no mundo em geral. O programa Nova SBE Fellowship for Excellence premeia a excelência e a dedicação dos alunos de mestrado da escola e prepara-os para alcançarem o seu

potencial máximo enquanto alunos e cidadãos. A 6.ª edição do Programa conta com 54 alunos, dos quais 79% estrangeiros.

Inclusive Community Forum (ICF)

O ICF é uma iniciativa do Leadership for Impact Knowledge Center da Nova SBE dedicada à vida das pessoas com deficiência, dedicada à inclusão das pessoas com deficiência. Tem como objetivo construir uma rede composta por todos os que intervêm na vida destas pessoas, desafiando-os a ter um papel ativo na cocriação de soluções. Para o seu financiamento, o ICF contou até hoje com o contributo de 12 doadores, entre particulares e fundações.

Principais Atividades de 2022:

- a) Acompanhamento das iniciativas no tema da Empregabilidade: expansão do Peer2Peer, da Nova SBE para mais 3 faculdades; reconhecimento do Peer2Peer, por parte do Financial Times, como um dos melhores projetos coordenado por alunos universitários de 2022; difusão do recrutamento inclusivo, nomeadamente através do aumento do número de empresas signatárias do Compromisso com a Inclusão – são já 50 empresas – e facilitação de sessões de sensibilização para equipas de RH e liderança nas empresas;
- b) Desenvolvimento da Jornada para a Capacitação: capacitação de docentes, na escola básica e na Universidade, para a educação inclusiva; capacitação das pessoas com deficiência em competências sociais; e desenvolvimento de uma plataforma – o CompIT – para a mediação entre escolas e empresas, levando à boa execução dos Planos Individuais de Transição;
- c) Validação e Aconselhamento: reuniões com o Conselho Diretivo, Conselho das Famílias, Conselho das Instituições e sessões de Inclusive Talks dedicadas às empresas do Compromisso com a Inclusão;
- d) Inclusive Talks 2022, o quarto evento anual do ICF, no qual a equipa apresentou os principais resultados de impacto e marcos alcançados, que contou com cerca de 300 participantes.

Alumni Club

Em 2022, o Nova SBE Alumni Club juntou mais 1.500 graduados, fortalecendo uma comunidade de quase 20 000 antigos alunos de mais de 100 nacionalidades. Os nossos Alumni representam o impacto de longo prazo do trabalho realizado pela escola e a resiliência dos seus valores, que perduram para além dos programas académicos: rigor, impacto, abertura ao mundo, vanguardismo e conectividade.

Para esta comunidade em crescimento, em 2022, a equipa de Relações com os Antigos Alunos implementou o primeiro ano de um ambicioso plano destinado a atender às necessidades da nossa comunidade com membros dos 20 aos 90 anos, 46% de mulheres e 54% de homens, que vivem em mais de 700 cidades em todo o mundo.

A proposta de valor definida assentou em 3 pilares:

- Aprendizagem ao Longo da Vida e Crescimento Profissional;
- Envolvimento com alunos e acesso ao talento;
- Comunidade & Networking.

Entre as iniciativas mais impactantes, destacam-se:

1. CATCH '22 - com o objetivo de ser continuamente considerado como o parceiro educativo dos nossos antigos alunos, foi criado um inovador programa de formação executiva que assume os temas mais desafiantes e tendências relevantes de upskilling, num curso online de 1 ano, cuidadosamente curado, exclusivo para a comunidade Alumni da Nova SBE.

Alguns dos tópicos relevantes abordados foram: Liderando em Tempos Incertos, com o Professor Miguel Pina e Cunha; Sustentabilidade, com o Professor Rodrigo Tavares; Futuro do Trabalho, com a Professora Anne-Laure Fayard; e Inovação e Moldar o Futuro com o Professor Nadim Habib.

A 1ª edição do CATCH' 22 contou com mais de 500 participantes, 80% pela primeira vez em Formação Executiva da Nova SBE. Em 2022 mais de 3.000 Alumni participaram em programas pós-experiência – intensivos, pós-graduações e customizados.

2. MINT – Mentoria, Impacto, Networking & Talento - Construir relações significativas entre Alumni e alunos é fundamental para o crescimento estratégico e o desenvolvimento dos programas de ensino superior. Os antigos alunos têm um papel significativo a desempenhar na vida dos alunos. Em 2022, foram feitos esforços significativos para envolver estes dois públicos: do ensino à mentoria, do networking às oportunidades de partilha, seja dos seus conhecimentos de indústria ou como oradores inspiracionais, os Alumni ajudaram a formar a espinha dorsal da estruturação do ponto de vista das situações de vida, fornecendo conselhos, orientação para fazer melhores escolhas de carreira e incentivar o desenvolvimento académico. Esta iniciativa conta com mais de 200 Mentores.

Foram lançados mais 7 Novos Programas de Mentoria, trabalhando com várias equipas, hubs, clubes e institutos da Nova SBE – Para start-ups, organizações sociais, comunidade LGBTQ+, alunos do ensino secundário e alunos de mestrados executivos.

Mais de 180 oradores, antigos alunos, participaram em eventos institucionais e cursos académicos durante o ano de 2022.

3. Instalação de Homenagem aos Antigos Alunos – Foi inaugurada a Generous Alumni Wall num dos espaços mais icónicos da escola, reconhecendo os antigos alunos que mais contribuíram para a construção do campus de Carcavelos e inspirando todos os alunos que por lá passam diariamente. No total para a construção do Campus de Carcavelos mais de 1 500 Alumni contribuíram como doadores.

4. Rede de Embaixadores Alumni – Em 2022, manteve-se o trabalho em estreita colaboração com os embaixadores Alumni. Os embaixadores têm sido fundamentais para o sucesso do Alumni Club e para o desenvolvimento da Escola. Existem embaixadores de todas as classes, de 1978 a 2022, dispostos a fazer parte ativa do crescimento da escola. Mais de 700 Alumni manifestaram-se dispostos a ajudar, com mais de 300 embaixadores ativos.

5. Alumni International Chapters – Com o intuito de fortalecer o vínculo entre os antigos alunos e estabelecer um diálogo contínuo com a escola, em 2022 foram lançados Capítulos Internacionais de Alumni em algumas das cidades mais representadas da comunidade Nova SBE. Os Capítulos Internacionais da Nova SBE funcionam como centros de atividade local liderados por um City Board de embaixadores da Nova SBE que vivem nessa região. Os objetivos são abrangentes e passam principalmente pela criação de oportunidades de networking para Alumni na cidade, de fóruns de discussão, envolvimento de parceiros corporativos relevantes e candidatos a alunos da Nova SBE, apoiando o avanço da Nova SBE nestes mercados.

Em 2022 foram lançados 10 capítulos: Madrid, Frankfurt, Munique, Londres, Milão, Nova Iorque, São Paulo, Dublin, Paris e Lisboa, que contam com mais de 100 embaixadores nas respetivas cidades.

Atualmente mais de 1 400 Alumni estão ativamente envolvidos na rede internacional da Nova SBE.

6. Alumni Party & Awards – Em 2022, foi organizada a primeira grande festa pós-covid, que reuniu 1 000 antigos alunos e amigos de todo o mundo. Nesta festa, realizou-se pela primeira vez a Gala de Prémios Alumni, para reconhecer os antigos alunos da Escola que deram contributos significativos para a sociedade, e cujas realizações, filiações e carreiras honram o legado de impacto e excelência da Nova SBE.

Concretização do Projeto Cascais Smart Pole

O Cascais Smart Pole by Nova SBE é um Living Lab resultante da parceria entre a Fundação Alfredo de Sousa, Nova SBE, Câmara Municipal de Cascais, Cascais Ambiente, Get2C, PRIO BIO, Veolia e Avfallsteknisk Montasje AS (Noruega). Localizado no Campus de Carcavelos e área circundante, o Living Lab pretende liderar a geração de agentes de mudança no caminho da inovação aliada à neutralidade carbónica, seguindo os objetivos de descarbonização do concelho e os objetivos nacionais definidos para 2050. Está implementado numa área multifuncional que integra habitação, comércio, equipamentos e áreas públicas, adquirindo identidade local através da interação sociocultural entre moradores, alunos e visitantes e abrangendo uma área total de 4,2 ha.

O projeto promovido pela Fundação Alfredo de Sousa tem 9 atividades, das quais se destacam os seguintes progressos:

Atividade	Ações realizadas	Medidor de execução
1. Caminho para a Neutralidade Carbónica	<ul style="list-style-type: none"> Finalização inventário de GEE do <i>living lab</i> Tratamento de dados para projeção das emissões de GEE até 2050 Modelação do esforço para a neutralidade carbónica da área do living lab – projeção das emissões de GEE até 2050 Análise de benchmarking de medidas de mitigação aplicadas em outras cidades e em universidades europeias Identificação e caracterização de opções de descarbonização 	Em curso
2. Plataforma Participativa	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento da plataforma Desenvolvimento de conteúdos para o site Lançamento do site em 31/8/2022 Preparação de briefing para a 2ª fase de desenvolvimento do site 	Em curso
3. Comunidade Smart Pole	<p><i>Comunidade de Partilha e Comunidade Microgreen</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Assinatura de contrato com a Circular Economy Portugal (CEP) Lançamento de uma consulta ao mercado: pedido de fornecimento de kits de microgreens Realização do evento “Dia da tua Rua” dia 10 de setembro Participação no Greenfest Reuniões de planeamento de futuros eventos <p><i>Comunidade de energia:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Lançamento da One Stop Shop Desenvolvimento e lançamento do piloto Levantamento capital Comunidade de Energia 	Em curso
4. Mobilidade Urbana	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões de brainstorming entre a Get2C e a EMAC Desenvolvimento de KPI Reunião com a empresa que desenvolveu a app Mobi.Cascais 	Em curso
5. Eficiência Energética	<ul style="list-style-type: none"> Análise de dados <p>A partir da implementação dos pontos 5.2) e 5.3), continuaram os testes de funcionamento do sistema e a consequente recolha e armazenamento de dados necessária para a melhoria contínua dos algoritmos de comando dos equipamentos AVAC (Machine Learning)</p>	Em curso
	<ul style="list-style-type: none"> Criação de Plataforma de Integração <p>Desenvolvimento de plataforma de integração e de gestão de dados a partir do Sistema</p>	Em curso

Atividade	Ações realizadas	Medidor de execução
	Hubgrade da Veolia	
6. Promover a economia circular e a neutralidade carbónica dos resíduos	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação e decoração dos oleões inteligentes definitivos e continuação das recolhas de óleos alimentares usados • Acesso à plataforma de gestão e monitorização dos novos equipamentos • Início dos abastecimentos em viatura de recolha de resíduos • Primeira caracterização de recolha seletiva na zona do Living Lab • Sensibilização e distribuição de material para recolha de óleos alimentares usados e correta separação de resíduos 	Em curso
7. Green Living- espaços verdes resilientes	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do projeto de transformação de sistemas de rega • Realização de prática de yoga ao ar livre no Greenfest 	Em curso
8. Cascais Smart Pole Market	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões de <i>brainstorming</i> para definição do Smart Pole Market • Sistematização de conclusões para consolidação de abordagem 	Em curso
9. Comunicação, Sensibilização e Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza costeira • Inauguração do Sustent'Arte • Entrega de instalações artísticas do Sustent'Arte • Divulgação da instalação de oleões definitivos • Dia da Tua Rua • Lançamento do <i>website</i> • Participação no GreenFest 	Terminado

Desenvolvimento do Westmont Institute of Tourism and Hospitality

Fruto de uma parceria entre o Westmont Hospitality Group, a Nova SBE e a Fundação Alfredo de Sousa, o Westmont Institute of Tourism and Hospitality nasceu em 2019 e partiu da adaptação de um espaço específico no Campus de Carcavelos, inaugurado em 2021 com a presença do Exmo. Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa e de S. Exa. o Príncipe Aga Khan.

Em termos de programas de pré-experiência, a área de especialidade em Hospitality & Customer Experience teve os seus primeiros graduados em janeiro de 2022, com uma taxa de empregabilidade de 100% nos 6 meses seguintes à conclusão dos estudos. Ainda neste âmbito, foram estabelecidas parcerias com Hilton International, Marriott, Pestana Hotel Group, Intercontinental Hotel Group, Discovery Hotel Management e SANA Hotels, para realização de Work Projects em contexto empresarial.

Na área de formação de executivos, foi lançado o Hospitality Leadership Advanced Certificate, enquanto portfolio a disponibilizar ao mercado neste domínio.

Na área de impacto, a atividade do Instituto foi bastante dinâmica em 2022. Em março de 2022, foi lançado o WITH Africa, um *hub* de conhecimento para apoiar o desenvolvimento turístico sustentável em África, numa cerimónia que contou com a participação de diversos representantes de Embaixadas africanas, e ainda do Advisory Board do Instituto, que reuniu pela primeira vez nessa ocasião.

Foram ainda realizadas duas conferências: Conferência Líderes do Turismo, em parceria com a TNews, que contou com a intervenção do Sr. Ministro da Economia e do Mar e de mais de 250 empresários do setor, e onde foram entregues os prémios Líderes do Turismo; um painel sobre "the role of hospitality in creating a better future", no âmbito das Conferências do Estoril.

Em termos de distinções, o Instituto foi finalista dos Hospitality Education Awards e foi considerado pela Higher Education Digest como um dos dez Must-Watch Hospitality Institutes do mundo.

Inauguração do Haddad Entrepreneurship Institute

O Haddad Entrepreneurship Institute resulta de uma parceria entre a Haddad Foundation, a Nova SBE e a Fundação Alfredo de Sousa, que possibilitou a inauguração, em Abril de 2022, de um novo espaço no Campus de Carcavelos dedicado ao empreendedorismo. O Haddad Entrepreneurship Institute dedica-se ao desenvolvimento e acompanhamento do tema de Empreendedorismo. Com a visão clara de se tornar um centro de empreendedorismo de referência a nível nacional e internacional, trabalha todos os dias para cumprir a sua missão de inculcar o espírito Empreendedor na nova geração, contribuindo assim para a criação de novos negócios e para a formação de profissionais capazes de contribuir ativamente para a construção de um futuro melhor.

No ano de 2022 destacam-se as seguintes iniciativas e resultados:

- Reforço da parceria com a Fundação Haddad, que incluiu um importante donativo integrado numa estratégia a cinco anos. Em abril de 2022 foi inaugurado um novo espaço dedicado ao empreendedorismo;
- Observou-se o reforço da equipa e do seu impacto nos alunos, nas startups e ecossistema e em toda a comunidade Nova SBE;
- A atividade do Instituto encontra-se assente em 3 grandes pilares: i) educação e capacitação; ii) incubação e aceleração de start-ups; e iii) research e liderança:
 - i) Entrega de vários workshops para o desenvolvimento dos alunos, entrega de vários módulos como por exemplo “Venture Capital” (50 alunos) e “Product Management” (50 alunos). Organizadas várias conferências sobre o tema de empreendedorismo e relacionados onde muitas centenas de alunos participaram. Crescimento do programa de estágios de Verão em startups. Acompanhamento de mais de 50 teses de Mestrado na área de empreendedorismo;
 - ii) Programa de incubação superou as 100 startups. Em termos de aceleração o instituto entregou a segunda edição do programa Check-in, com o apoio do Turismo de Portugal, que terminou com a participação de 17 parceiros e 20 startups, que desenvolveram um total de 45 projetos piloto. Foi ainda entregue o programa de aceleração Madeira Startup retreat e ainda anunciado o 1º programa de FinTech;
 - iii) Em junho de 2022 decorreu a 1ª Conferência académica do Instituto “Entrepreneurship Symposium” contando com professores de várias universidades de renome internacional. Desenvolvimento dos primeiros case studies no âmbito de teses de mestrado.

Para o ano de 2023, a equipa irá continuar a apostar no aumento do impacto dos programas e iniciativas dos 3 pilares. De salientar a aposta na área de scaleups, onde várias iniciativas serão desenvolvidas. Adicionalmente o Instituto irá ainda investir nos seguintes novos projetos: consolidação dos programas para alunos como stream de empreendedorismo e do apoio aos alunos empreendedores; lançamento de 2 novos programas de aceleração com startups e empresas; e ainda geração, e partilha de conhecimento nas áreas de empreendedorismo.

7.ª Edição das Conferências do Estoril

Um novo capítulo das Conferências do Estoril foi lançado em 2022, com mais de 100 oradores de topo que se juntaram para um debate sobre como podemos contribuir, individual e coletivamente, para reequilibrar o

nosso mundo. A chamada Purpose Generation foi convocada a estar presente, mas também a unir esforços para construir um mundo mais pacífico, sustentável e inclusivo para todos nós e para as futuras gerações.

Abrir janelas para um ‘amanhã’ que se decide hoje, foi o tom que marcou a 7ª Edição das Conferências do Estoril, realizada nos dias 1 e 2 de setembro, em Carcavelos, no campus da NovaSBE. Durante dois dias multiplicaram-se os momentos de debate e as oportunidades de diálogo entre dezenas de líderes mundiais, pensadores, ativistas, influenciadores e agitadores.

Assistiram e participaram mais de 4.000 pessoas (metade presencial e metade online) e o essencial das Conferências foi transmitido em direto ou retransmitido para quatro escolas CEMS: Ivey Business School, Aalto University, Universidad de los Andes e London School of Economics and Political Science. As Conferências do Estoril são uma marca internacional de referência e todo o acontecimento foi mais uma vez coberto e documentado por uma centena de profissionais de comunicação social nacional e internacional.

“Rebalancing Our World: A Call To The Purpose Generation” – “Reequilibrar o Nosso Mundo apelando à Geração do Propósito” foi o ponto de partida para mais de 80 oradores no palco principal e 30 speakers nas sessões paralelas. Todos sublinharam a importância deste debate intergeracional na construção de um futuro melhor e mais sustentável.

Com o alto patrocínio do Presidente da República, as Conferências do Estoril assentaram em três pilares fundamentais e indissociáveis: o Planeta, as Pessoas e a Paz. Estes ‘três Pês’ permitiram uma maior transversalidade nos debates e uma participação mais dinâmica. Os principais contributos ficaram registados e podem ser revisitados no Call-To-Action-Report, disponível em www.estorilconferences.org.

Potenciar a mudança, inspirar os líderes do futuro a encontrar soluções disruptivas para os novos desafios e gerar uma ação conjunta na sociedade, foram mensagens-chave de oradores como Roberta Metsola, (Presidente do Parlamento Europeu), Yulia Tymoshenko (antiga Primeira-Ministra da Ucrânia), Aleksander Kwaśniewski e Kolinda Grabar-Kitarović (ex-Presidentes da Polónia e da Croácia), Peter Bakker, (Presidente do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável), Helena Gualinga (ativista ambiental e de direitos humanos), Randi Zuckerberg (fundadora da Zuckerberg Media e colaboradora inicial do Facebook), Francis Fukuyama (economista e filósofo) Anne Applebaum (vencedora de um Pulitzer), António Vitorino (Diretor-geral da Organização Internacional para as Migrações) ou José Ulisses Correia e Silva (Primeiro-Ministro Cabo-Verdiano), entre outros.

Em 2022, a 7ª edição contou com a participação de mais de mil alunos nacionais e estrangeiros. A partir de 2023 as Conferências do Estoril passarão a ser anuais, mas a aposta mantém-se: diálogo aberto, inclusivo, elevado e participado, sobre caminhos relevantes para um futuro sustentável assente numa maior igualdade, equidade, justiça e paz.

SingularityU Portugal Summit: Supermassive

Nos dias 27 e 28 de outubro, durante um evento imersivo e transformacional, líderes e decisores puderam ser inspirados e desafiados a saber mais e, principalmente, refletir sobre o futuro dos seus negócios, do mundo do trabalho e da vida em geral dos colaboradores, assim como endereçar temas relacionados com o papel crucial da tecnologia que será o ponto diferenciador da competitividade das empresas e organizações na transformação que estamos já a viver. O evento contou com 9 speakers de renome internacional, recebendo cerca de 800 participantes.

Atividade do Ano

A atividade da Fundação durante o ano 2022 esteve predominantemente focada na gestão da infraestrutura do campus e na definição da segunda fase da campanha da *fundraising*.

a) Infraestrutura

A edificação do Campus foi concluída, no que concerne ao seu projeto inicial, em Março de 2019. Com isto, a FAdS cumpriu o seu primeiro grande objetivo, passando a deter como ativo um imóvel de referência, implantado numa parcela de terreno com 83.579m², com uma área bruta de construção de 75.061m² para uma capacidade diária de 8.000 estudantes, tendo o Campus acolhido ao longo do ano mais de 5.000 alunos da Nova SBE.

Com a conclusão da primeira fase do seu projeto comum com a Nova SBE, a Fundação Alfredo de Sousa procurou ao longo de 2022 continuar a melhorar e consolidar um conjunto de procedimentos de gestão relativamente às diversas áreas de atividade, desde logo no âmbito da relação com doadores individuais e corporativos, da gestão e manutenção do campus e da gestão dos concessionários.

b) *Fundraising* e Gestão de Doadores

Em parceria com a Nova SBE, a Fundação é responsável pela gestão da relação institucional com todos os doadores, assegurando a boa relação dos parceiros com a Fundação e com a Nova SBE e o cumprimento dos projetos e iniciativas estabelecidos aquando da constituição das respetivas parcerias.

Para além da consolidação e fecho da campanha *Fundraising* 1.0, em 2022 continuou-se com a afinação das linhas orientadoras para definição da estratégia de *Fundraising* 2.0.

O ano de 2022 ficou também marcado pela manutenção do processo de recolha das doações comprometidas por mecenas, o que representou um importante contributo para o plano de tesouraria da Fundação.

Em coordenação com as várias áreas prestadoras de serviços da Nova SBE, a Fundação tem a responsabilidade de planear e gerir a relação com os doadores no âmbito dos protocolos estabelecidos.

Salientam-se alguns dos principais desafios, concretizados em 2022:

- Revisão do planeamento estratégico e reforço dos objetivos com vista a melhorar a interação com os doadores;
- Estabelecimento dos processos e procedimentos da área de Gestão de Doadores da Fundação Alfredo de Sousa, incluindo *Fundraising*, nomeadamente na elaboração de propostas e protocolos, na coordenação entre as áreas da Nova SBE relacionadas com esta componente;
- Apoio à criação de uma área na centralização de toda a informação sobre as parcerias e a sua implementação na plataforma de CRM;
- Nova SBE focada no Corporate Engagement, de forma a centralizar as relações B2B da Nova SBE e garantir um maior alinhamento na proposta de valor e acompanhamento aos parceiros;
- Desenvolvimento de um grupo de trabalho com vista ao estudo de viabilidade de um Endowment na FAdS com vista ao apoio (idealmente em perpetuidade) à Nova SBE;
- Apoio à re-estruturação de produtos na NOVA SBE alvo de *Fundraising*, de forma a melhorar o compliance para níveis internacionais.

A nível global, e até 2022, a FAdS angariou doações num total de cerca de €74 M, dos quais €43 M destinados à construção do Campus, €12 M relativos a donativos em espécie e €19 M destinados a bolsas e projetos específicos.

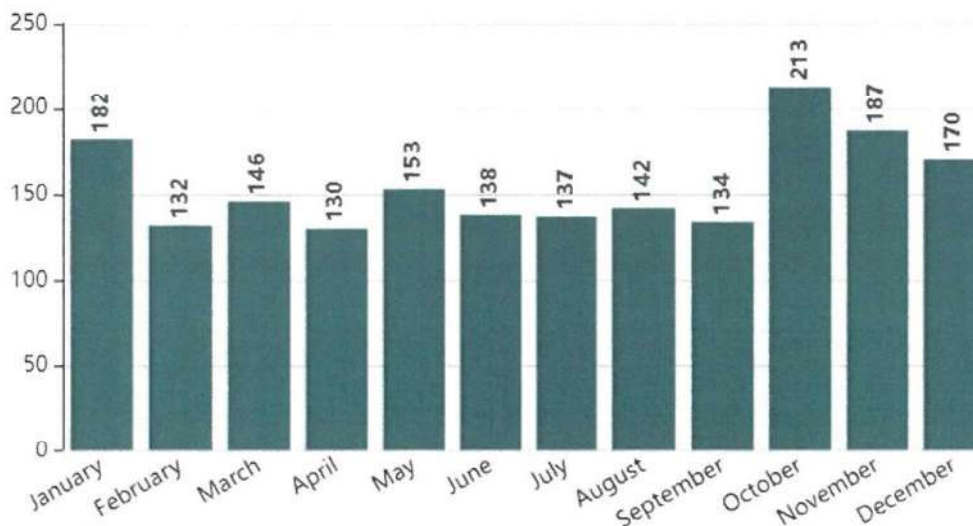
c) Manutenção e Serviços

No que concerne à manutenção do campus, durante o ano de 2022 foram efetuadas cerca de 1.881 tarefas de manutenção preventiva (+15% que em 2021) e cerca de 3.509 trabalhos corretivos ou ocorrências (+20% do que em 2021).

Manutenção Preventiva

A manutenção preventiva é uma parte importante da gestão de qualquer tipo de infraestrutura, contribuindo para o aumento do tempo de vida dos equipamentos, para a diminuição do tempo de inatividade indesejado, para a redução de custos de manutenção a longo prazo e para a preservação do Campus a longo prazo. Trata-se de um tipo de manutenção que se realiza mesmo quando um equipamento mantém a sua capacidade operacional. Pode ser algo tão simples como a limpeza dos filtros nos aparelhos AVAC, uma inspeção visual ou uma lubrificação periódica, mas também inclui planos de inspeção mais complexos, planos de calibração e/ou de aferição, deteção de fugas de gás e outras revisões cíclicas. Neste âmbito, o Plano de Manutenção Preventiva preconizado e parametrizado na aplicação de gestão da manutenção foi praticamente cumprido na sua totalidade e dentro dos prazos estabelecidos.

O gráfico seguinte mostra a evolução dos trabalhos de manutenção preventiva realizados ao longo do ano de 2022:

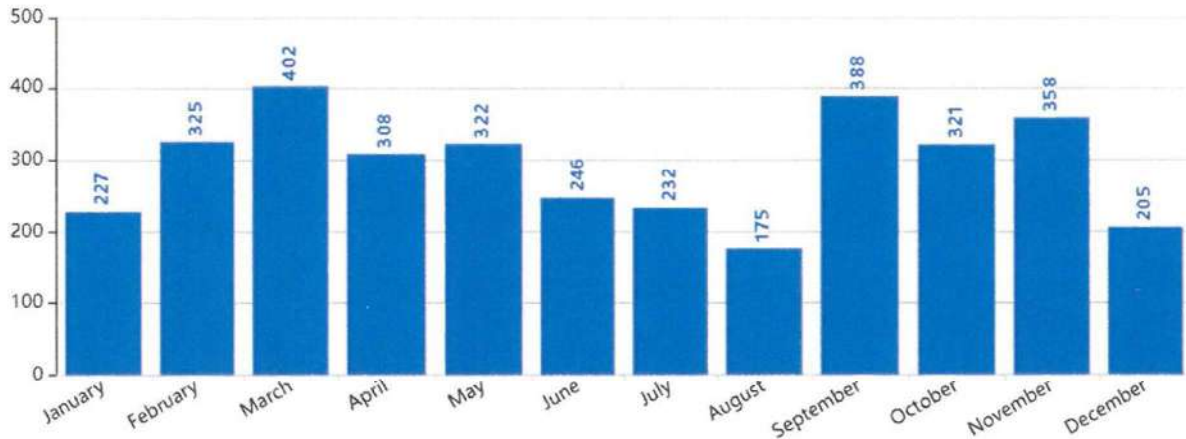


Manutenção Corretiva

A manutenção corretiva é a atividade técnica executada depois da ocorrência de uma avaria e tem como objetivo restaurar/reparar/repôr o ativo na condição de funcionamento como pretendido e/ou esperado. A manutenção corretiva é usada juntamente com a manutenção preventiva no sentido de

otimizar a estratégia de manutenção como um todo. Alerta-se, contudo, que os números da manutenção corretiva podem estar inflacionados pois é nela que são registadas todas as atividades dos técnicos, quer se trate efetivamente de trabalhos de manutenção corretiva quer se trate de pedidos de outras áreas que não de manutenção propriamente dita, como por exemplo apoio logístico a eventos, mudanças de *layout* de salas, entre outros.

O gráfico seguinte mostra a distribuição da manutenção corretiva no ano 2022:



Em 2022 foi efetuado também um reforço da aposta na informatização desta área, apostando-se cada vez mais no uso da aplicação de gestão, de modo a conseguir-se dar uma melhor resposta, bem como medir e registar todas as atividades.

Segurança

Na área da segurança, foi efetuada a melhoria da central de segurança, com a instalação de um video wall que permite uma melhor visualização e operacionalização das cerca de 200 câmaras de CCTV.



Foram efetuadas diversas ações de formação aos colaboradores nas seguintes áreas:

- Sensibilização de segurança (faz parte do programa de onboarding de todos os novos colaboradores);
- Evacuação de Edifícios;
- Combate a Incêndios;
- Primeiros Socorros;
- Desfibrilhação Automática Externa (DAE).

Ainda no âmbito da segurança, foi efetuado o primeiro simulacro geral com a evacuação integral de todo o campus, sendo esta uma atividade que se planeia manter em anos futuros.



Engenharia, Projetos e Obras

No que respeita à Engenharia, Projetos e Obras foram desenvolvidas algumas atividades e estudos estruturais, das quais se destaca:

No que respeita à Engenharia, Projetos e Obras foram desenvolvidas algumas atividades e estudos estruturais das quais destacamos:

- Execução das obras do Nova SBE Haddad Entrepreneurship Institute, um novo espaço com cerca de 300 m² rentabilizados de uma área exterior subaproveitada;
- Execução das obras de um estúdio de gravação;
- Elaboração de estudos prévios para a otimização de diversos espaços no campus.

Sustentabilidade

Relativamente à sustentabilidade, os objetivos a atingir até 2030 são os seguintes:

Zero CO₂

Zero Resíduos em Aterro

As iniciativas e projetos que tiveram desenvolvimentos em 2022 foram as que se apresentam de seguida.

Governança Forte [ODS 16]:

- Em 2022, a Nova SBE investiu na transparência e em relatórios de monitorização, desenvolvendo a política de Diversidade e Inclusão, aderiu ao Positive Impact Rating (com uma classificação de 4 de 5), realizou uma avaliação da UNGC com o apoio da Global Compact Self Assessment Tool para diagnosticar o desempenho nas áreas dos Direitos Humanos, Trabalho, Ambiente e Anticorrupção, e começou a desenvolver o *dashboard* de impacto para melhor medir os indicadores de sustentabilidade e impacto;
- A Nova SBE também integrou os ODS como linguagem de impacto na sua comunicação interna (por exemplo, newsletters) e externa (por exemplo, no segmento de sustentabilidade nas redes sociais, website, comunicados à imprensa e publicações).

Pessoas [ODS 3, 5, 8, 10]:

- Em 2022, a Nova SBE focou-se em melhorar o bem-estar da equipa com novas iniciativas de recrutamento, integração, mobilidade internacional, feedback e avaliação, formação e desenvolvimento (8000 horas de formação em 2022), entre muitos outros. As iniciativas deste ano foram desenvolvidas de acordo com o feedback recolhido do nosso staff no final no ano de 2021;
- 2022 foi também um ano dedicado à Diversidade e Inclusão - por exemplo, os alunos podem escolher o nome pelo qual querem ser chamados (caso não corresponda ao nome de nascimento).

Planeta [ODS 6, 7, 12, 13, 14, 15]:

- Devido à localização do nosso campus, estamos focados na redução das emissões e no impacto negativo no planeta causado pela nossa comunidade através do projeto do Cascais Smart Pole:
 - Δ A jornada para a neutralidade carbónica através da comunidade de energia (ODS 13):
Arranque da criação de uma comunidade de energia no bairro de São Gonçalo. O objetivo será descentralizar a produção de energia (contribuindo para a descarbonização) ao colocar nos edifícios do campus e do bairro de São Gonçalo painéis fotovoltaicos e usá-los para produzir parte da energia consumida pela comunidade.
 - Δ Sistema de qualidade do ar interior (Indoor Air Quality – IAQ):
A implementação de um Sistema de monitorização da qualidade do ar no campus, que monitoriza CO, CO2, humidade e a temperatura do ar, e que através de um mecanismo dinâmico de ventilação regula os níveis de IAQ em função dos níveis de CO e/ ou CO2.
 - Δ Plantação no campus [ODS 13, 15]:
Em 2022, 7.900 plantas de 20 espécies diferentes foram plantadas no Navigator Park no Campus de Carcavelos (parceria com a The Navigator Company). Foi uma iniciativa que envolveu alunos, faculty, staff e a comunidade nos arredores do campus.
 - Δ Limpeza Costeira [ODS 13, 14]:
O Sustent'Arte é uma iniciativa que transforma lixo recolhido do mar e das praias em arte, retratando alguns dos heróis que dão voz à luta contra as alterações climáticas.
O Campus de Carcavelos acolheu em 2022 seis peças de arte desenvolvidas no âmbito deste projeto, tendo a comunidade da Nova SBE se associado à recolha de lixo nas praias de Cascais que serviu de base às peças de arte.
 - Δ Mobilidade (GET2C SURVEY) [ODS 13]:
Com o apoio do GET2C, foi possível monitorizar as suas emissões derivadas de alguns dos maiores eventos organizados no Campus de Carcavelos em 2022, tendo planeado e iniciado o plano de compensação das mesmas. Os eventos monitorizados foram o Nova SBE Sustainability Journey, a 7.ª edição das Conferências do Estoril e a Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável.
 - Δ Outras iniciativas relevantes [ODS 6, 12]:
Parceria com a Águas de Cascais:
Em 2022, e devido à parceria com a Águas de Cascais, a escola teve acesso a vários bebedouros instalados no Campus de Carcavelos, sendo que esta iniciativa pretende promover a reutilização de garrafas de água, minimizando a utilização de garrafas de plástico de uso único.

Living Lab de um Sistema de Depósito de Embalagens no Campus:

Piloto para estudar um possível Sistema de Depósito Obrigatório de embalagens de bebidas. Equipamento pioneiro que permite ao consumidor depositar o resíduo de embalagem e receber de volta o valor do depósito pela embalagem lá deixada (ou doar essa importância a uma organização social, nomeadamente o Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos), diminuindo assim o seu impacto ambiental e promovendo a reciclagem.

d) Gestão Comercial

Desde o início de 2020, o Campus conta com todas as concessões em operação. Desta forma, as concessões em operação no Campus ao longo de 2022 foram as seguintes: (i) Parque de Estacionamento; (ii) Residência de Estudantes; (iii) Ginásio; (iv) Supermercado; (v) Cantina; (vi) Pizzaria; (vii) Poke (anteriormente Hamburgueria, substituição ocorreu no 2.º Semestre do ano); (viii) Padaria; (ix) Restaurante; (x) Bar; (xi) Agência Bancária; (xii) Loja de Fotocópias; (xiii) Estúdio Multimédia; e (xiv) Clínica Médica.

O início de 2022 teve ainda algumas restrições fruto da pandemia de Covid-19, embora tanto o 2.º Semestre do ano letivo 21/22 como o 1.º Semestre do ano letivo 22/23 tenham decorrido sem limitações e em modo 100% presencial.

A situação causada pela pandemia de Covid-19 levou a Fundação a um redobrado acompanhamento da situação, desde logo no sentido de implementar voluntariamente uma política de apoio aos lojistas mais afetados com a situação pandémica.

A Fundação agradece a todos os seus parceiros comerciais o esforço, a dedicação e o enorme espírito de colaboração e resiliência.

e) Impacto na Nova SBE

Sendo a sua missão prosseguir “fins educacionais e científicos, mediante uma atividade de carácter predominantemente científico, através da promoção do ensino e da investigação científica, nas áreas da economia e da gestão e em atividades conexas, orientadas exclusivamente para o apoio ao desenvolvimento e ao funcionamento da Nova SBE”, a Fundação Alfredo de Sousa procurou ao longo do ano de 2022 continuar a apoiar a Nova SBE em diversas vertentes, desde a gestão e operação do Campus de Carcavelos até ao financiamento de projetos específicos, ao financiamento de bolsas de estudo de alunos e à entrega de donativos. Durante o ano de 2022, a Fundação entregou à Nova SBE donativos que ascenderam a mais de €1,7 milhões para fins educacionais e científicos.

4. Análise da Situação Económico-Financeira

A 31 de Dezembro 2022 o ativo da FAdS ascendia a €71.771.991,29 (-€3.003.666,80 vs. 2021). Este era composto maioritariamente pelo ativo imobiliário, pelos compromissos dos fundadores ainda não entregues e por caixa e depósitos bancários. A diminuição registada no ativo respeita essencialmente à diminuição dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis fruto das depreciações do exercício (-1.882 mil euros) e às rubricas de Fundadores e depósitos bancários (-1.046 mil euros).

Em relação ao passivo, que totaliza €35.016.396,92 (-€3.890.443,23 vs. 2021), cumpre destacar o decréscimo de €2.900.545,40 fruto de amortizações de capital na rubrica de financiamentos obtidos.

Relativamente ao serviço da dívida bancária, registou-se uma amortização do capital de €2.900.545,40, tendo sido suportados juros no montante de €537.968,83, que incluem os gastos suportados com os swaps de taxa de juro no montante de €134.431,33.

Existem dois contratos swap contratados junto do Banco Santander Totta cuja finalidade é a cobertura parcial do risco de taxa de juro dos financiamentos obtidos junto do Banco Santander Totta e do BEI, cujo propósito foi o financiamento das obras e trabalhos inerentes à conclusão do Campus. São produtos financeiros derivados que envolvem a permuta de cash-flows, ou seja, os dois intervenientes trocam indexantes associados aos seus ativos ou passivos em que uma das variáveis é a taxa de juro, em data futura e conforme critérios pré-estabelecidos (indexados à variável da Euribor e uma taxa fixa indexada à data da contratação, ou seja, fixo até ao término do contrato e muito próximo entre si). À excepção dos contratos acima mencionados, não existem instrumentos financeiros complexos, nem existem riscos relevantes relacionados com financiamentos, dado que a Entidade tem cumprido com as suas obrigações.

De referir que a Fundação beneficiou, ao abrigo das medidas implementadas durante a pandemia, no que respeita aos financiamentos junto ao Banco Santander Totta, de moratórias (apenas de capital, por opção da Fundação) até Setembro de 2021, tendo o plano de reembolso sido deslocado 18 meses para a frente, em conformidade com o período de vigência das moratórias e a periodicidade do serviço da dívida contratual. Relativamente ao empréstimo de longo prazo do Banco Europeu de Investimento, e por esta instituição não ter sido abrangida pela legislação portuguesa relativa às moratórias, a Fundação tem beneficiado de diferimentos pontuais do serviço da dívida, de forma a não alterar a proporção inicial entre a dívida de longo prazo do Banco Santander Totta e do Banco Europeu de Investimento.

A Fundação Alfredo de Sousa encontra-se neste momento em negociações avançadas com o Banco Santander Totta e com o Banco Europeu de Investimento, com o intuito de adaptar o perfil de reembolso da dívida de longo prazo, tendo em conta os impactos que a Fundação teve que acomodar (especialmente nos últimos 2 anos), decorrente da situação pandémica, esperando-se a conclusão do processo negocial até ao final do 1.º Semestre de 2023.

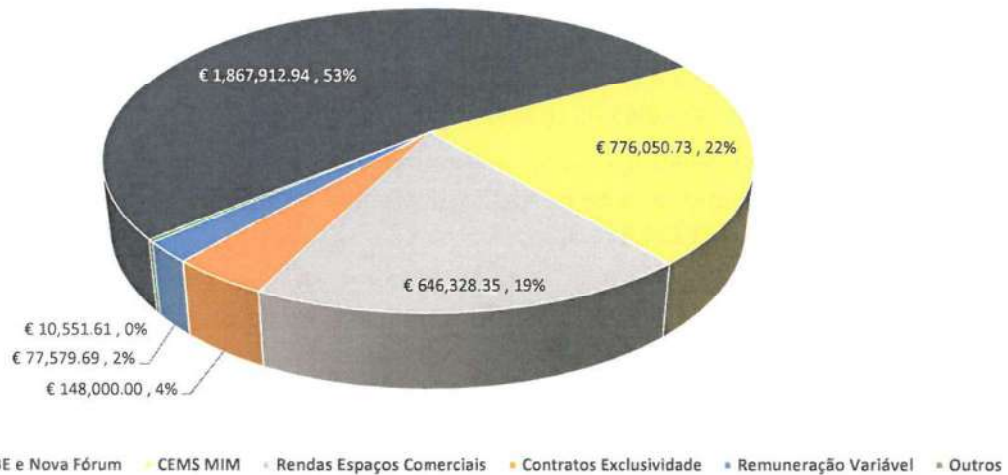
Os Fundos Patrimoniais da FAdS ascendiam no fecho do exercício a €36.755.594,37, um aumento de €886.776,43 em relação ao ano anterior, aumento explicado sobretudo pela rubrica outras variações patrimoniais (1.754 mil euros) correspondente ao recebimento de donativos à construção ao longo do ano de 2022.

Rendimentos

A Fundação Alfredo de Sousa obteve em 2022, no seu quarto exercício completo de atividade, rendimentos de vendas e serviços prestados que totalizaram €3.753.074,90, tendo registado em 2022, um acréscimo de cerca de 13% face a 2021 (+425 mil euros) justificado, principalmente, pelo acréscimo registado na rubrica das rendas (nomeadamente na renda da Nova SBE), sendo que o exercício de 2021 ainda incluiu alguns descontos acordados relativamente às rendas e ao condomínio face aos valores contratualizados, devido ao fecho do campus decorrentes das medidas impostas pelo Governo relativamente à pandemia.

A principal fonte de ingressos foi, conforme o esperado, o aluguer das instalações do Campus pelo valor de €2.591.820,98. As propinas do programa CEMS-MIM resultaram em ingressos de €776.050,73, as concessões em €226.651,58 e os contratos de exclusividade em €148.000,00.

Abaixo, o detalhe da distribuição dos rendimentos por atividade.



Outros Rendimentos

A FAdS registou outros rendimentos no montante total de €1.024.710,93, (em 2021, €532.614,59), com um peso de 17% na totalidade dos rendimentos da Fundação, dos quais €527.123,69 correspondente ao reconhecimento proporcional de donativos em rendimentos, por contrapartida de fundos patrimoniais, na proporção da depreciação do edifício ao longo de 40 anos. Adicionalmente, a componente de refaturação de despesas ascendeu a €452.191,93 e respeita ao redébito dos consumos de eletricidade e de água às Entidades para os quais existem contratos de arrendamento e de cedência de espaço. Em 2021 o redébito destas despesas foi contabilizado a crédito de gastos, no valor de 323.336 Euros e em 2022 passou a ser contabilizado na rubrica de “Outros rendimentos”. Se em 2021 tivesse sido utilizado a mesma metodologia para registar a refaturação dos gastos, os Outros Rendimentos teriam ascendido a €855.951.

Em 2022, os rendimentos relativos a “Subsídios à Exploração” totalizam o montante de €1.264.114,29 (em 2021, €841.359,59) com um peso de 21% na totalidade dos rendimentos da Fundação e contemplam o reconhecimento em rendimentos proporcionais aos gastos de execução dos projetos em curso durante o ano. O aumento registado face a 2021 de 423 mil euros respeita essencialmente ao projeto Westmont Institute of Hospitality and Tourism.

Os projetos são financiados por donativos, sendo que o recebimento destes donativos afetos à exploração é reconhecido na rubrica de “Rendimentos a Reconhecer”, reconhecido em rendimentos na mesma medida dos gastos incorridos no ano:

- ✓ O projeto Arica é um projeto desenvolvido em conjunto com a Nova SBE que visa apoiar a implementação e a atividade corrente da Biblioteca Teresa e Alexandre Soares dos Santos;
- ✓ O projeto Westmont Institute of Hospitality and Tourism destina-se ao desenvolvimento de um instituto de hospitalidade e turismo em parceria com a Nova SBE.

- ✓ O projeto Inclusive Community Forum é um projeto desenvolvido em conjunto com a Nova SBE dedicado à vida das pessoas com deficiência e à sua inclusão na sociedade;
- ✓ O projeto Novo Banco promove a investigação na área do empreendedorismo e tecnologia; e
- ✓ As bolsas Fellowship dizem respeito a donativos recebidos para apoiar o Programa Fellowship for Excellence da Nova SBE, que premeia a excelência e a dedicação dos alunos de mestrado da escola e os prepara para alcançarem o seu potencial máximo enquanto alunos e cidadãos.

Gastos

Os gastos operacionais registados em 2022 ascenderam a €4.028.866,46 (em 2021, €3.202.389,07) e registaram um acréscimo de 26% (826 mil euros) face ao exercício anterior que resulta essencialmente do aumento das rubricas Fornecimentos e Serviços Externos e Outros Gastos, que apresentaram uma evolução desfavorável ao longo do ano (+26% e +32%, respetivamente).

A rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” registou em 2022 um aumento de 26% face a 2021 (+454 mil euros), justificado essencialmente pelo aumento registado nas rubricas de eletricidade e de água decorrente de uma alteração na forma de contabilização da refaturação dos gastos, pois em 2021 foi contabilizado a crédito de gastos, no valor de 323.336 euros, e em 2022 passou a ser contabilizado na rubrica de “Outros rendimentos” pelo montante de 452.191,93 euros. Se em 2021 tivesse sido utilizado a mesma metodologia para registar a refaturação dos gastos, os Fornecimentos e Serviços externos teriam ascendido a 2.047.543 euros e a variação de 2021 para 2022 seria apenas de 6%.

A rubrica “Outros gastos” registou em 2022 um aumento de 32% face a 2021 (+422 mil euros), justificado essencialmente pelo aumento registado na rubrica donativos. Esta rubrica inclui os donativos efetuados à Universidade Nova de Lisboa no âmbito dos projetos Arica- Biblioteca (574 mil Euros), Westmont Institute (486 mil Euros), Inclusive Community Forum (66 mil Euros) e um donativo efetuado à Universidade Nova de Lisboa, no valor de 165 mil Euros, no âmbito do protocolo assinado para o efeito. Adicionalmente foram ainda efetuados mais dois donativos à Universidade Nova de Lisboa no montante global de 347 mil Euros, no âmbito de protocolo assinado para o efeito.

A redução dos gastos com pessoal (-28%) decorre essencialmente da redução da equipa da Fundação, fruto da passagem do Programa CEMS-MIM (e respetiva equipa) para a Nova SBE.

Investimentos

A Fundação continuou a investir no Campus, especificamente na adaptação de espaços, em mobiliário e tecnologia. Em 2022, o investimento em ativos fixos tangíveis foi pouco significativo, cifrando-se num montante de investimento total de €455.579,44, decorrente de €215.671,47 relativos a obras no Campus nomeadamente com a conclusão da obra do “Centro HADDAD” e do Estúdio Fidelidade 2 Nova SBE e €239.907,97 relativos a aquisições de equipamento básico. Os investimentos em ativos intangíveis na rubrica software ascenderam ao montante de €2.588,14.

Resultados

Em resultado do referido nos pontos anteriores, a Fundação Alfredo de Sousa obteve em 2022 um Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) positivo de €2.014.804,86, superior em 35% face ao exercício anterior (+519 mil euros), e um Resultado líquido negativo de €867.336,41, uma melhoria de 35% face ao exercício anterior (+474 mil euros), que está diretamente relacionado com o aumento registado nas prestações de serviços da FAdS (+424 mil euros) face a 2021.

O facto de a Fundação registar um resultado operacional positivo e, por outro lado, um resultado líquido negativo deve-se ao impacto das depreciações do edifício, no montante de €2.340.474,38 (+130 mil euros

face a 2021), e dos gastos associados ao financiamento do Campus. O montante de juros e outras despesas relacionadas com financiamento foi de €537.968,83 (-87 mil euros face a 2021). No cumprimento dos seus estatutos e, à semelhança de 2021, em 2022 a Fundação concedeu à Nova SBE um donativo de 512 mil euros proveniente de receitas próprias.

Na vertente relacionada com os rendimentos, deve-se ao facto de os donativos terem sido maioritariamente captados para a construção do Campus e, desta forma, apenas se reconhecerem em rendimentos na proporção de depreciação do edifício, ao longo de 40 anos.

5. Outros Assuntos

Imposto sobre o Valor Acrescentado

Em Janeiro de 2019, a Fundação foi notificada pela Autoridade Tributária de sua recusa em aceitar a autoliquidação de IVA da construção à taxa de 6%, tendo praticado os seguintes atos:

- i) Indeferiu o pedido de reembolso de IVA no valor de €594.772,19; e
- ii) Emitiu as liquidações adicionais de IVA no montante global de €406.418,52, as quais correspondem à diferença entre o IVA autoliquidado à taxa de 6% e que, no seu entendimento, deveria ter sido liquidado à taxa de 23%.

Convicta da sustentação da sua posição, a Fundação iniciou o processo de resposta às instituições oficiais, tendo reagido por duas vias distintas e autónomas:

Relativamente ao indeferimento do pedido de reembolso, a FAdS apresentou, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, ação administrativa judicial, nos termos da qual sustentou a validade do seu procedimento e, conseqüentemente, o seu direito ao reembolso solicitado. O processo está a correr os seus termos, encontrando-se as partes a aguardar notificação para apresentarem as suas alegações escritas.

No que concerne às liquidações adicionais de IVA emitidas, a FAdS apresentou reclamação graciosa junto da Direção de Finanças de Lisboa. Apesar de os factos apresentados sustentarem a legalidade do procedimento tributário adotado pela FAdS, a reclamação graciosa foi expressamente indeferida, mantendo aquela entidade os argumentos anteriormente expandidos no relatório de inspeção tributária. Em reação a tal decisão de indeferimento, a FAdS interpôs impugnação arbitral junto do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), suspendendo as respetivas execuções fiscais com a apresentação de garantia bancária no montante de €514.407,09. Em Dezembro de 2020, a FAdS foi notificada de uma decisão totalmente favorável da parte do CAAD, tendo esta decisão transitado em julgado em Fevereiro de 2021, com uma decisão totalmente favorável à Fundação, pelo que à data do fecho das contas já não se encontra nenhum processo de execução fiscal na Autoridade Tributária. Foi entretanto requerido ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra a junção aos autos desta decisão arbitral, tendo em conta a identidade factual e jurídica nas matérias em contenda em ambos os litígios.

Conforme parecer dos seus advogados, a FAdS optou por juntar esta decisão arbitral ao processo que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, relativamente ao pedido de reembolso de IVA no montante de €594.772,19.

Não foi constituída nenhuma perda de imparidade relativa ao pedido de reembolso de IVA no valor de 594.772,19 Euros, pois é entendimento do Conselho de Administração da Fundação, tendo em conta o resultado do procedimento arbitral relativo às liquidações adicionais e a informação fornecida junto dos advogados (CCR Legal) mandatados pela Fundação, que a ação venha a ser julgada como favorável às pretensões da Fundação e que esta venha a receber o valor do pedido de reembolso solicitado.

Garantias prestadas pela FAdS

Em 2017 foram constituídas duas hipotecas a favor do Banco Santander Totta, uma delas na qualidade de agente de garantias do financiamento entre si e o Banco Europeu de Investimento, por tempo indeterminado, para garantia do financiamento bancário e juros, sobre o direito de superfície que tem por objeto o prédio urbano composto por parcela de terreno destinado à execução do projeto “Nova School of Business and Economics” sito na Av. Marginal, em Carcavelos, com o montante máximo assegurado de aproximadamente 23 milhões de euros e de 15 milhões de euros.

Adicionalmente, foi ainda constituída garantia bancária a favor da Infraestruturas de Portugal a propósito da construção do túnel de acesso à praia de Carcavelos que cruza a EN 6 – Avenida Marginal, no montante de 152.400,00 euros, que se espera que possa ser cancelada até ao final do ano de 2023.

Por fim, a garantia bancária prestada pela Fundação que tinha sido constituída a favor da Autoridade Tributária, no montante de 514,407,09 euros, decorrente do recurso hierárquico efetuado no âmbito do processo da inspeção tributária referida na nota 31. Dado que a Fundação ganhou o processo, esta garantia foi cancelada em 24 de junho de 2022.

Perspetivas para o Futuro

O ano de 2022 foi antes de tudo um ano de estabilização para a Fundação Alfredo de Sousa. Foi o 2.º ano do mandato do atual Conselho de Administração, eleito para o mandato 2021-23, e marca o 1.º ano de aplicação do novo modelo de governo entre a Nova SBE e a Fundação Alfredo de Sousa, durante o qual decorreu o processo de eleição do Professor Pedro Oliveira como Dean da Nova SBE.

Com o trabalho desenvolvido ao longo do ano, a Fundação Alfredo de Sousa está agora preparada para enfrentar os próximos anos e, em especial, para continuar a agregar parceiros em torno deste projeto único no contexto português, dando, assim, maior conteúdo à sua missão de apoiar o desenvolvimento da Nova SBE.

De realçar os seguintes pontos para o futuro, cujas bases foram sendo lançadas ao longo deste ano, e que serão iniciativas com especial importância na vida da Fundação nos próximos anos:

1. Concretização da iniciativa Fundraising 2.0, dando sequência ao projeto iniciado em 2015 – com o foco colocado na captação de novos parceiros e no reforço da relação com os existentes, de forma a reforçar o apoio à NOVA SBE (se possível, em perpetuidade), desde logo no reforço da qualidade do seu quadro académico, no reforço do apoio a alunos através de bolsas de estudo, no desenvolvimento de novos programas de formação, no estreitar da colaboração entre a Escola e as empresas, em suma, na continuação da criação de condições para que a NOVA SBE se consolide entre as mais reconhecidas *business schools* do mundo;
2. Redefinição da oferta de restauração – de forma a compatibilizar a oferta de restauração com as necessidades da comunidade do Campus de Carcavelos, criando soluções favoráveis para os vários *stakeholders*;
3. Contínua adaptação do campus – a Fundação Alfredo de Sousa tem dado resposta, e conta continuar a dar, às necessidades de utilização do campus da NOVA SBE, adaptando-o a cada momento às necessidades que têm surgido fruto principalmente de um crescente número de alunos e de uma oferta educativa progressivamente mais alargada.

6. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, findo a 31 de Dezembro de 2022, no valor negativo de €867.336,41 (oitocentos e sessenta e sete mil trezentos e trinta e seis euros e quarenta e um cêntimos) seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

7. Factos Relevantes Ocorridos após o Termo do Exercício

No final de Janeiro de 2023, Daniel Traça renunciou ao cargo de Vogal do Conselho de Administração, tendo a Universidade Nova de Lisboa designado António Nogueira Leite para o referido cargo.

No início de Fevereiro de 2024, João Sàágua renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Curadores.

No final de Março de 2024, Miguel Pinto Luz renunciou ao cargo de Presidente do Conselho do Conselho de Administração, não tendo ainda sido nomeado à presente data o novo Presidente do Conselho de Administração.

O atraso verificado na aprovação e assinatura das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022 deveu-se aos sucessivos adiamentos no agendamento da reunião do Conselho de Curadores do ano de 2023.

Para além do acima referido, o Conselho de Administração informa não ter conhecimento de outros factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2022, até à presente data, que justifiquem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo naquela data, ou que afetem as situações e/ou informações nas mesmas relevadas.

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao período findo a 31 de dezembro de 2022 não estão assinadas pelo Presidente do Conselho de Administração pois à data da sua emissão não existia Presidente do Conselho de Administração em funções.

8. Agradecimentos

O Conselho de Administração da Fundação Alfredo de Sousa agradece uma vez mais a todos os seus *stakeholders* – instituidores, doadores, parceiros, antigos alunos, professores e staff da Nova SBE, colaboradores e alunos – que muito contribuíram para o desenvolvimento das suas atividades durante o ano de 2022.

Sem o apoio de todos os seus *stakeholders*, o contínuo desenvolvimento deste ambicioso projeto, absolutamente inovador no panorama educativo em Portugal e na conjugação de objetivos que representa entre entidades públicas nacionais, locais e entidades privadas, não teria sido possível. É pelo compromisso de cada um destes *stakeholders* que a Fundação Alfredo de Sousa e o Campus de Carcavelos são hoje uma realidade.

O desafio continua a ser olhar para o futuro com a mesma ambição que quando o Campus de Carcavelos não passava de uma ideia remota e longínqua, com o intuito de catapultar a Nova SBE cada vez mais para um lugar de destaque a nível mundial!

Carcavelos, 22 de Abril de 2024

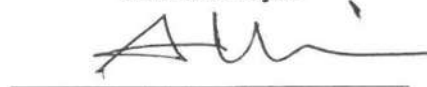
Vogal do Conselho de
Administração


Alexandra Brandão

Vogal do Conselho de
Administração


António Casanova

Vogal do Conselho de
Administração


António Nogueira Leite

Vogal do Conselho de
Administração


Clara Streit

Vogal do Conselho de
Administração


Henrique de Castro

Vogal do Conselho de
Administração


Henrique Soares dos Santos

Vogal do Conselho de
Administração


Rui Diniz

Vogal do Conselho de
Administração


Vera Pinto Pereira

Fundação Alfredo de Sousa

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022

Handwritten notes in blue ink, including the letters "LMP", "G", and "AB", along with a checkmark and a signature.

Índice das demonstrações financeiras

Balanco	1
Demonstração dos resultados por naturezas	2
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	3
Demonstração dos fluxos de caixa	4
Anexo às demonstrações financeiras	5
1 Introdução.....	5
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	5
3 Principais políticas contabilísticas	6
4 Fluxos de caixa.....	17
5 Ativos fixos tangíveis.....	18
6 Ativos intangíveis	19
7 Investimentos financeiros.....	20
8 Créditos a receber	20
9 Estado e outros entes públicos	21
10 Fundadores	22
11 Outros ativos correntes	22
12 Diferimentos	23
13 Movimentos nos fundos patrimoniais.....	24
14 Fornecedores	25
15 Financiamentos obtidos.....	25
16 Outros passivos correntes	27
17 Prestação de Serviços	28
18 Subsídios à exploração	29
19 Fornecimentos e serviços externos.....	30
20 Gastos com pessoal.....	31
21 Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	32
22 Outros rendimentos	32
23 Outros gastos	33
24 Gastos/reversões de depreciação e de amortização	33
25 Juros e gastos similares suportados	34
26 Imposto sobre o rendimento do período.....	34
27 Partes relacionadas.....	36
28 Informações exigidas por Diplomas Legais	37
29 Eventos subsequentes	37
30 Garantias reais	37
31 Processos judiciais contra a Fundação.....	38
32 Compromissos assumidos pelos doadores.....	40
33 Acontecimentos após a data do balanço	40

Handwritten mark

Handwritten signatures and initials: A., AB, RP, S, RP, P

Balanço

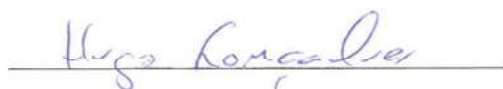
Valores expressos em euros

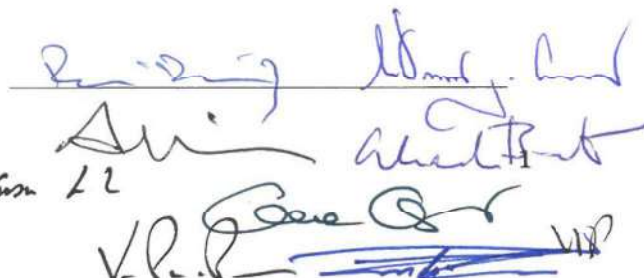
	Notas	31-12-2022	31-12-2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	51.594.320,50	53.154.279,03
Ativos intangíveis	6	9.547.070,39	9.869.418,66
Investimentos financeiros	7	2.622,57	2.446,59
Fundadores	10	2.520.000,00	2.940.000,00
		63.664.013,46	65.966.144,28
Ativo corrente			
Créditos a receber	8	184.198,36	235.684,58
Estado e outros entes públicos	9	714.056,72	722.766,30
Fundadores	10	420.000,00	420.000,00
Outros ativos correntes	11	5.809.213,01	5.829.954,16
Diferimentos	12	34.638,03	29.485,05
Caixa e depósitos bancários	4	945.871,71	1.571.623,72
		8.107.977,83	8.809.513,81
Total do ativo		71.771.991,29	74.775.658,09
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	13	22.087.401,00	22.087.401,00
Resultados transitados	13	(6.996.774,56)	(5.655.496,04)
Outras variações nos fundos patrimoniais	13	22.532.304,34	20.778.191,50
		37.622.930,78	37.210.096,46
Resultado líquido do período	13	(867.336,41)	(1.341.278,52)
Total dos Fundos Patrimoniais		36.755.594,37	35.868.817,94
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	15	12.759.688,77	14.628.204,83
		12.759.688,77	14.628.204,83
Passivo corrente			
Fornecedores	14	190.066,87	467.829,84
Estado e outros entes públicos	9	73.680,95	63.882,01
Financiamentos obtidos	15	3.290.702,03	4.322.731,37
Outros passivos correntes	16	10.763.584,66	10.717.924,15
Diferimentos	12	7.938.673,64	8.706.267,95
		22.256.708,15	24.278.635,32
Total do Passivo		35.016.396,92	38.906.840,15
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		71.771.991,29	74.775.658,09

O anexo faz parte integrante do balanço do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

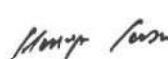
O Contabilista Certificado
(Hugo Gonçalves)

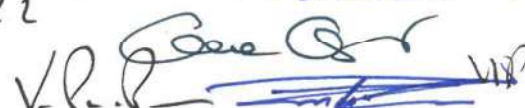
O Conselho de
Administração











Demonstração dos resultados por naturezas

Valores expressos em euros

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2022	31-12-2021
Vendas e serviços prestados	17	3.753.074,90	3.328.240,89
Subsídios à exploração	18	1.264.114,29	841.359,59
Fornecimentos e serviços externos	19	(2.178.162,69)	(1.724.207,60)
Gastos com o pessoal	20	(128.154,18)	(177.723,00)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	21	1.771,20	(4.477,20)
Outros rendimentos	22	1.024.710,93	532.614,59
Outros gastos	23	(1.722.549,59)	(1.300.458,47)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e		2.014.804,86	1.495.348,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(2.340.474,38)	(2.210.796,76)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e		(325.669,52)	(715.447,96)
Juros e gastos similares suportados	25	(537.968,83)	(624.901,41)
Resultados antes de impostos		(863.638,35)	(1.340.349,37)
Imposto sobre o rendimento do período	26	(3.698,06)	(929,15)
Resultado líquido do período		(867.336,41)	(1.341.278,52)


O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.


O Contabilista Certificado
 (Hugo Gonçalves)



O Conselho de
 Administração










Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Valores expressos em euros

Descrição	Notas	Fundos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total do fundo patrimonial
A 1 de janeiro de 2021		22.087.401,00	18.958.551,98	(3.706,459,49)	(1.949,036,55)	35.390.456,94	35.390.456,94
Alterações no período							
Aplicação de Resultados do período anterior	13	-	-	(1.949,036,55)	1.949,036,55	-	-
Resultado líquido do período							
Resultado integral							
Operações com os Fundadores							
Doações recebidas	13	-	2.230,509,97	-	-	2.230,509,97	2.230,509,97
Outras operações	13	-	(410,870,45)	-	1.949,036,55	1.538,166,10	1.538,166,10
A 31 de dezembro de 2021		22.087.401,00	20.778,191,50	(5.655,496,04)	(1.341,278,52)	35.868,817,94	35.868,817,94
A 1 de janeiro de 2022		22.087.401,00	20.778,191,50	(5.655,496,04)	(1.341,278,52)	35.868,817,94	35.868,817,94
Alterações no período							
Aplicação de Resultados do período anterior	13	-	-	(1.341,278,52)	1.341,278,52	-	-
Resultado líquido do período							
Resultado integral							
Operações com os Fundadores							
Doações recebidas	13	-	2.281,236,53	-	-	2.281,236,53	2.281,236,53
Outras operações	13	-	(527,123,69)	-	1.341,278,52	814,154,83	814,154,83
A 31 de dezembro de 2022		22.087.401,00	22,532,304,34	(6,996,774,56)	(867,336,41)	36,755,594,37	36,755,594,37

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado
(Hugo Gonçalves)



O Conselho de
Administração



Demonstração dos fluxos de caixa

Valores expressos em euros

	Notas	31-12-2022	31-12-2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4,194,940.65	4,384,249.11
Pagamentos a fornecedores		(2,479,512.84)	(2,463,628.59)
Pagamento de donativos		(1,638,195.26)	(1,183,667.00)
Pagamento de bolsas		(57,778.23)	(23,000.00)
Pagamentos ao pessoal		(71,297.44)	(101,003.05)
Caixa gerada pelas operações		(51,843.12)	612,950.47
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		31,783.28	21,487.31
Outros recebimentos/pagamentos		(544,821.89)	(126,420.57)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(564,881.73)	508,017.21
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		720.91	-
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(288,393.46)	(634,379.50)
Ativos intangíveis		(144,285.29)	(82,044.69)
Investimentos financeiros		(970.05)	(1,062.26)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(432,927.89)	(717,486.45)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de fundos e de outros fundos patrimoniais		420,000.00	420,000.00
Doações		3,351,947.75	3,265,097.64
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2,900,545.40)	(3,195,361.48)
Juros e gastos e similares		(499,344.74)	(620,508.32)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		372,057.61	(130,772.16)
Variação de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1,571,623.72	1,911,865.12
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	945,871.71	1,571,623.72

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado
(Hugo Gonçalves)



O Conselho de
Administração



Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A FUNDAÇÃO ALFREDO DE SOUSA (“Fundação” ou “FAdS”) é uma fundação sem fins lucrativos, com sede em Cascais, constituída em Novembro de 2015, que prossegue fins educacionais e científicos, mediante uma atividade de caráter predominantemente científico, através da promoção do ensino e da investigação científica, nas áreas da economia e gestão e em atividades conexas, orientadas exclusivamente para o apoio ao desenvolvimento e ao funcionamento da Nova School of Business and Economics (Nova SBE).

Decorrente das suas atividades, a Fundação recebe donativos destinados à construção e manutenção do Campus de Carcavelos, para além de donativos destinados a bolsas de estudo para alunos e a projetos nas áreas de Investigação e Desenvolvimento de Ciências Sociais.

Para além do arrendamento do campus à Nova SBE e à NForumExecutivos, a Fundação realiza ainda contratos de cedência de espaço tendo em vista a exploração e realização de atividades variadas no campus, nomeadamente no que diz respeito à área destinada à residência universitária, restauração, estacionamento, ginásio, entre outros.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram assinadas pelo Conselho de Administração, no dia [•] de Setembro de 2023.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Fundação, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2022, da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”).

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do período anterior, à exceção das rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e de Outros

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page, including a large signature and the initials 'ATC' and 'R3'.

Rendimentos, em virtude de em 2022 ter ocorrido uma alteração no procedimento contabilístico da refaturação de gastos com a eletricidade e com a água às entidades para os quais existem contratos de arrendamento e de cedência de espaço. Até 2021 a contabilização da refaturação destes gastos eram contabilizadas a crédito de gastos na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos e em 2022 passou a ser contabilizado na rubrica de Outros rendimentos.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro – Entidades do Setor Não Lucrativo em vigor à data das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras em vigor à data das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias, e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the number '6' and the letters 'AB'.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

A Fundação procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, à taxa mínima, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A opção da Fundação pela aplicação das taxas mínimas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro de 2009, é justificada pela adequação do ponto de vista económico à sua atividade e à uniformização com o setor escolar, sendo que a expectativa de vida útil dos bens afetos aos parques escolares nacionais é superior à que resultaria da aplicação das taxas máximas referidas no decreto mencionado.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta duodecimal durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe Homogénea	Anos
Ativos fixos tangíveis	
Edifícios e outras construções	40
Equipamento básico	5 - 13
Outros ativos fixos tangíveis	16

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

b) Ativos intangíveis

A Fundação reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, que exercer o controlo sobre o mesmo, que seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Fundação e que o seu custo possa ser fielmente mensurado.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A Fundação procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Atendendo à elevada componente tecnológica do Campus de Carcavelos, estima-se que a vida útil da tecnologia aplicada no Campus, por ser a mais avançada no mercado, seja superior às tecnologias mais correntes no mercado, não sendo expectável a sua desatualização ou que se torne obsoleta antes do término da vida útil refletida nas contas da Fundação.

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método da linha reta duodecimal durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Como o direito de superfície foi concedido a 16/11/2015 por um período de 50 anos e apesar de ser automaticamente prorrogável por períodos de 25 anos, optou-se numa perspetiva de prudência de amortizar o direito de superfície pelo período de 50 anos.

A vida útil do direito de superfície é de 50 anos e a vida útil do Software é de 6 anos.

c) Especializações dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são

faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados, desde que fiavelmente mensuráveis.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

d) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente nos Fundos Patrimoniais. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados nos Fundos Patrimoniais.

As entidades que adoptam a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) somente relevam o imposto corrente. A obrigação integral da NCRF 25 para as ESNL, o que implica o reconhecimento de impostos diferidos, aplica-se apenas quando as ESNL adoptam o modelo de revalorização na mensuração de ativos fixos tangíveis.

O rendimento global sujeito a imposto é composto pela soma algébrica dos rendimentos líquidos respeitantes às várias categorias, determinados nos termos do IRS, nomeadamente: i) rendimentos empresariais e profissionais, ii) rendimentos de capitais, iii) rendimentos prediais e iv) incrementos patrimoniais.

Dado se tratar de uma entidade sem fins lucrativos, para efeitos de determinação da matéria coletável, ao rendimento global auferido pelas fundações deverão ser deduzidos os gastos comprovadamente relacionados com a realização dos fins de natureza social, cultural, ambiental, desportiva ou educacional, prosseguidos por fundações, desde que não exista qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.

Os gastos comprovadamente indispensáveis à obtenção dos rendimentos que não tenham sido considerados na determinação do rendimento global - nos termos acima referidos - e que não estejam especificamente ligados à obtenção dos rendimentos não sujeitos ou isentos de IRC são deduzidos, no todo ou em parte, a esse rendimento global, para efeitos de determinação da matéria coletável, de acordo com as seguintes regras:

- i) Se estiverem apenas ligados à obtenção de rendimentos sujeitos e não isentos, são deduzidos na totalidade ao rendimento global;
- ii) Se estiverem ligados à obtenção de rendimentos sujeitos e não isentos, bem como à obtenção de rendimentos não sujeitos ou isentos, deduz-se ao rendimento global a parte dos gastos comuns que for imputável aos rendimentos sujeitos e não isentos. Para estes efeitos, a parte dos gastos comuns a imputar é determinada através da repartição proporcional daqueles ao

total dos rendimentos brutos sujeitos e não isentos e dos rendimentos não sujeitos ou isentos, ou de acordo com outro critério considerado mais adequado e aceite pela Autoridade Tributária ("AT").

No ano de 2022, a Fundação apurou uma distribuição dos gastos comuns como segue:

- Atividade Sujeita a imposto sobre o rendimento: 91% (2021: 89%);
- Atividade Isenta: 9% (2021: 11%).

Conferem para as atividades isentas, as operações relacionadas com os donativos.

No que respeita à atividade sujeita, foram consideradas as operações de concessões, cedências de espaços no Campus de Carcavelos e ainda o programa CEMS MIM.

Durante o ano de 2020 foi obtido o estatuto de utilidade pública e posteriormente foi solicitado à Autoridade Tributária e Aduaneira o reconhecimento da isenção em sede de IRC, encontrando-se a Fundação ainda a aguardar o diferimento por parte da Autoridade Tributária.

e) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- ✓ Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- ✓ Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- ✓ Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- ✓ Caixa e depósitos bancários;

- ✓ Créditos a receber e outros ativos correntes;
- ✓ Financiamentos concedidos;
- ✓ Fornecedores e outros passivos correntes;
- ✓ Financiamentos obtidos.

i. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de doze meses.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

ii. Créditos a receber e outros ativos correntes

Os saldos dos créditos a receber e outros ativos correntes são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

iii. Financiamentos concedidos

Os financiamentos concedidos são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

iv. Fornecedores e outros passivos correntes

Os saldos de fornecedores e outros passivos correntes são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

v. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao valor nominal que não difere substancialmente ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

f) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Fundação reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

g) Outras variações nos fundos patrimoniais

A variação patrimonial corresponde a donativos associados a ativos não correntes que são inicialmente reconhecidos em fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na mesma proporção das depreciações dos ativos com os quais se relacionam.

h) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Fundação) são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor, na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido diretamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida diretamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

Em 2022 e 2021, não existem saldos em aberto (em moeda estrangeira) e todas as transações foram registadas ao câmbio da data de fatura e respetivo pagamento, bem como todas as diferenças decorrentes entre eles estão refletidas em resultados.

i) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- ✓ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ✓ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Fundação;
- ✓ Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- ✓ A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

13
LIP
R
AB

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

j) Gastos/rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e de empréstimos concedidos e os rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Em 2022 e 2021 os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

k) Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não existem acontecimentos subsequentes à data de fecho das contas que devam ser registados nas contas referentes a 31/12/2022 ou divulgadas no anexo.

3.3 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Fundação e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Fundação, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente

tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Fundação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável na totalidade.

A Fundação revê, com uma periodicidade anual, os pressupostos que estão na base do julgamento dos testes de imparidade em ativos intangíveis de vida útil. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macroeconómicos e aos pressupostos do negócio utilizado pela gestão.

O investimento em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiquem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Fundação.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Fundação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração da Fundação situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou que coloquem mesmo em causa a continuidade da Fundação, tal como referido na nota 29 – Eventos subsequentes.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.6 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. Não foram detetadas situações que levem ao registo de provisões.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Não há situações de passivos contingentes que devam ser divulgados neste anexo.

VP
16
AS

3.7 Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou em qualquer período anterior ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.8 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

3.9 Erros materialmente relevantes de períodos anteriores

Não se verificaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

4 Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica “Caixa e depósitos bancários” apresenta os seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
Caixa	92,43	92,43
Depósitos à ordem	945.779,28	1.571.531,29
Depósitos bancários	945.779,28	1.571.531,29
Caixa e seus equivalentes	945.871,71	1.571.623,72

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number 17 and the initials AB.

5 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos registados em rubricas do “Ativo fixo tangível” foram como se segue:

Período	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Outros AFT	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
A 1 de janeiro de 2021					
Custo histórico	56.840.937,37	1.853.677,10	95.400,00	-	58.790.014,47
Depreciação acumulada	(4.141.078,66)	(272.930,01)	(496,88)	-	(4.414.505,55)
Valor líquido	52.699.858,71	1.580.747,09	94.903,12	-	54.375.508,92
A 31 de dezembro de 2021					
Aquisições	664.567,21	7.074,41	-	-	671.641,62
Transferências	(120.197,85)	-	-	120.197,85	-
Depreciação	(1.755.495,62)	(131.413,39)	(5.962,50)	-	(1.892.871,51)
Valor líquido final	51.488.732,45	1.456.408,11	88.940,62	120.197,85	53.154.279,03
A 1 de janeiro de 2022					
Custo histórico	57.385.306,73	1.860.751,51	95.400,00	120.197,85	59.461.656,09
Depreciação acumulada	(5.896.574,28)	(404.343,40)	(6.459,38)	-	(6.307.377,06)
Valor líquido	51.488.732,45	1.456.408,11	88.940,62	120.197,85	53.154.279,03
A 31 de dezembro de 2022					
Aquisições	215.671,47	239.907,97	-	-	455.579,44
Transferências	120.197,85	-	-	(120.197,85)	-
Depreciação	(1.780.243,50)	(229.331,97)	(5.962,50)	-	(2.015.537,97)
Valor líquido final	50.044.358,27	1.466.984,11	82.978,12	-	51.594.320,50
Custo histórico	57.721.176,05	2.100.659,48	95.400,00	-	59.917.235,53
Depreciação acumulada	(7.676.817,78)	(633.675,37)	(12.421,88)	-	(8.322.915,03)
Valor líquido	50.044.358,27	1.466.984,11	82.978,12	-	51.594.320,50

Os aumentos registados na rubrica “Edifícios e Outras Construções” correspondem, essencialmente, à transferência do montante inscrito na rubrica “Ativos Fixos Tangíveis em Curso”, correspondente à obra no “Centro HADDAD” após a sua conclusão e à obra do Estúdio Fidelidade 2 Nova SBE.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existem situações de perdas de imparidade de ativos fixos tangíveis a registar.

Handwritten notes and signatures in blue ink at the bottom right of the page, including the number 18 and initials LP, AS, and others.

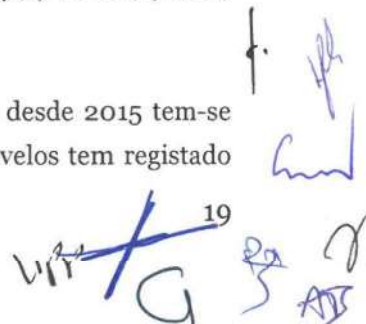
6 Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos na rubrica dos “Ativos intangíveis” foi o seguinte:

Período	Direitos de Superfície	Software	Total
A 1 de janeiro de 2021			
Custo histórico	9.777.401,00	564.186,37	10.341.587,37
Depreciação acumulada	(63.085,33)	(136.398,03)	(199.483,36)
Valor líquido	9.714.315,67	427.788,34	9.714.315,67
A 31 de dezembro de 2021			
Aquisições	-	45.239,90	45.239,90
Depreciação	(222.018,87)	(95.906,38)	(317.925,25)
Valor líquido final	9.492.296,80	377.121,86	9.869.418,66
A 1 de janeiro de 2022			
Custo histórico	9.777.401,00	609.426,27	10.386.827,27
Depreciação acumulada	(285.104,20)	(232.304,41)	(517.408,61)
Valor líquido	9.492.296,80	377.121,86	9.869.418,66
A 31 de dezembro de 2022			
Aquisições	-	2.588,14	2.588,14
Depreciação	(221.752,12)	(103.184,29)	(324.936,41)
Valor líquido final	9.270.544,68	276.525,71	9.547.070,39
Custo histórico	9.777.401,00	612.014,41	10.389.415,41
Depreciação acumulada	(506.856,32)	(335.488,70)	(842.345,02)
Valor líquido	9.270.544,68	276.525,71	9.547.070,39

Os ativos intangíveis respeitam essencialmente ao direito de superfície do terreno onde está instalado e construído o “Campus Nova SBE” e que constitui a contribuição do Município de Cascais para a Fundação Alfredo de Sousa através de uma entrada em espécie. Este direito de superfície foi concedido em 16-11-2015 pelo Município de Cascais à Fundação, pelo prazo de 50 anos, automaticamente prorrogável por períodos de 25 anos salvo no caso de a Fundação denunciar o contrato, sobre o terreno situado em Carcavelos, onde foi construído o novo Campus, sito na Avenida Marginal. A este direito de superfície foi atribuído provisoriamente o montante de 162.400 euros, mas ficou logo estabelecido que este valor seria atualizado após ser concluída a litigância contra o Município de Cascais dos antigos proprietários. Terminados os processos contra o Município de Cascais em 2019, a BDO & Associados, SROC, Lda, entidade que tinha emitido o relatório de entradas em espécie, elaborou um relatório alterando o montante de entrada em espécie do Município de Cascais e o Fiscal Único da Fundação emitiu um parecer favorável. Com base nos documentos referidos, o Conselho de Administração deliberou em 2020 que a entrada em espécie do Município de Cascais, constituída pelo valor do direito de superfície, passasse a ser de 9.777.401,00 Euros, tendo sido registado em 2020, o valor atualizado do direito de superfície ao ano 2015.

Não há indícios que levem à realização de testes de imparidade uma vez que desde 2015 tem-se assistido a uma enorme valorização do imobiliário, sendo que a zona de Carcavelos tem registado

f. 

desde janeiro de 2019 um impacto positivo nos valores das rendas e nos preços dos imóveis devido à localização do Campus.

Em 2022 registaram-se aumentos no valor de 2.588,14 Euros que correspondem a software.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existem situações de perdas de imparidade de ativos intangíveis a registar.

7 Investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Investimentos financeiros” apresenta o seguinte saldo:

	31-12-22	31-12-21
Fundo de compensação	2.622,57	2.446,59
Outros investimentos financeiros	2.622,57	2.446,59

As entregas mensais para o FCT (Fundo Compensação de Trabalho), efetuadas pela entidade empregadora é investimento financeiro, que só será anulado no momento de cessação do contrato de trabalho (ou por atualizações do justo valor). Foi acumulado o valor de 2.622,57 Euros em 2022.

8 Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Créditos a receber” apresenta os seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
Clientes	94,592.05	174,510.01
Devedores por acréscimos de rendimentos	89,606.31	61,174.57
Clientes de cobrança duvidosa	2,706.00	4,477.20
Imparidade de clientes (nota 21)	(2,706.00)	(4,477.20)
Total Créditos a receber	184,198.36	235,684.58

O montante referente às imparidades de clientes foi constituído no período de 2021 (ver nota 21). No período de 2022, houve uma reversão 1.771,20 Euros.

A rubrica de “Créditos a receber” registou em 2022, uma diminuição de cerca de 21,85% face a 2021 (-51 mil euros), justificada, principalmente, pela diminuição registada na rubrica de clientes correspondente ao forte esforço da Fundação no processo de recebimento das dívidas a receber.

A rubrica “Acréscimos de rendimentos” em 2022 engloba essencialmente a remuneração variável relativa às concessões, no valor de 53.533 euros (2021: 41.459 euros) e a refaturações dos consumos com água e eletricidade no valor de 43.217 euros (2021: 33.190 euros), cuja emissão dos documentos data de 2023.

9 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos devedores e credores da rubrica “Estado e outros entes públicos” detalham-se da seguinte forma:

	31-12-22		31-12-21	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/rendimento - IRC	33.031,72	(3.698,06)	32.712,54	(929,15)
Imposto s/rendimento - IRS	-	(1.627,00)	-	(2.773,00)
Imposto s/valor acrescentado - IVA	680.537,18	(66.416,31)	689.565,94	(57.051,37)
Contribuições p/segurança social	-	(1.939,58)	-	(3.128,49)
Outros impostos	487,82	-	487,82	-
Total	714.056,72	(73.680,95)	722.766,30	(63.882,01)

A entidade não deduz o IVA dos gastos diretamente ligados com a atividade isenta e utiliza, para efeitos de dedução do IVA relativamente aos outros gastos comuns, o pró-rata de 84,71% que tem por base a percentagem dos edifícios afetos à atividade isenta e sujeita a IVA.

O valor do IVA a recuperar, no montante global de 680.537,18 Euros, respeita ao pedido de reembolso de IVA de 2017 (595 mil Euros) que foi objeto de reclamação graciosa à Autoridade Tributária, conforme divulgação na nota 30 deste Anexo. O remanescente respeita ao IVA a recuperar no valor aproximado de 86 mil Euros (2020: 95 mil euros) relativos aos meses de agosto de 2020 e de dezembro de 2020, dos quais 63 mil Euros foram objeto de uma correção sem qualquer explicação por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira em agosto de 2020, para a qual foi apresentada uma reclamação graciosa por parte da Fundação. Como resultado desta reclamação graciosa, foram restituídos, em 2022, 9 mil Euros. A Fundação irá apresentar um pedido de revisão oficiosa junto da Autoridade Tributária respeitante aos 54 mil Euros que não foram restituídos. Adicionalmente, a Fundação irá apresentar um pedido via e-balcão para que seja considerado o valor de 32 mil Euros que deveria ter sido reportado em Janeiro de 2021.

Conforme divulgado de forma mais detalhada na nota 30 deste anexo, apesar deste diferendo com os serviços do IVA é entendimento da Administração e do seu contabilista certificado, baseado em parecer dos advogados, que assiste total razão à Fundação e que a probabilidade de vir a receber este montante é muito elevada, não havendo por isso razão para registar perdas de imparidade.

A decomposição do “Imposto s/rendimento - IRC - Estimativa do Imposto” para os períodos de 2022 e 2021 respeita apenas a tributações autónomas e é a seguinte:

	31-12-22	31-12-21
Retenções na fonte	33.031,72	32.712,54
Estimativa de imposto	(3.698,06)	(929,15)
Total	29.333,66	31.783,39

Não existe, a 31 de dezembro de 2022, dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

VP
21
PB
ATR
J

10 Fundadores

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Fundadores” apresentava o seguinte saldo:

	31-12-22		31-12-21	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco Santander Totta	420.000,00	2.520.000,00	420.000,00	2.940.000,00
Total de Fundadores	420.000,00	2.520.000,00	420.000,00	2.940.000,00

Estes montantes dizem respeito à parcela dos Fundos que se encontram por realizar e estão espelhados no ativo, de acordo com o previsto pela norma NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

De acordo com a escritura de constituição da FAdS, os fundos devem ser realizados pelo Banco Santander Totta, de forma faseada, até 30/11/2029. O valor considerado em ativo corrente de 420.000,00 Euros respeita ao montante dos Fundos que vão ser realizados em 2023.

11 Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros ativos correntes” apresenta-se como se segue:

	31-12-22	31-12-21
Edifícios - Universidade Nova de Lisboa	5.808.698,29	5.808.698,29
Outros devedores	514,72	1.686,27
Adiantamentos a fornecedores	-	17.937,46
IVA a regularizar	-	1.632,14
Outros ativos correntes	5.809.213,01	5.829.954,16

A rubrica “Edifício – Universidade Nova de Lisboa” corresponde aos edifícios alvo do contrato de promessa compra e venda, celebrado entre a Fundação e a Universidade Nova de Lisboa.

Este montante foi transferido em 2020 da rubrica “Edifícios e outras construções” (para “Outros ativos correntes”), visto que a Fundação previa que no decurso do exercício de 2022 se fosse realizar a escritura prevista no contrato mencionado, que está pendente da conclusão do processo de constituição de propriedade horizontal, sendo que a contrapartida estabelecida contratualmente já foi recebida na sua totalidade pela Fundação e encontra-se registada na rubrica de “Adiantamento por conta de vendas – ativo” nos Outros passivos correntes (Nota 16), no valor de 9.851.000,00 Euros. A Fundação prevê que no decurso do 4.º Trimestre de 2023 se venha a realizar a escritura prevista no contrato mencionado, que está pendente da conclusão do processo de constituição de propriedade horizontal, o que se prevê que vá ocorrer até ao final do 3.º Trimestre de 2023.

Os referidos ativos correntes encontram-se mensurados ao custo menos perdas por imparidade. À data de 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existem perdas de imparidade a registar.

12 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Fundação tem registado nas rubricas de “Diferimentos” no ativo e passivo os seguintes saldos:

	31-12-22	31-12-21
Ativos		
Outros gastos a reconhecer	34.638,03	29.485,05
Gastos a reconhecer	34.638,03	29.485,05
Passivos		
Contratos de exploração	5.484.374,56	5.711.026,14
Projetos	2.454.299,08	2.442.025,14
Propinas CEMS 2021 e 2022	-	490.216,67
Contratos de exclusividade	-	63.000,00
Rendimentos a reconhecer	7.938.673,64	8.706.267,95

A rubrica “Outros gastos a reconhecer” diz respeito a gastos gerais decorrentes da atividade da Fundação que dizem respeito a exercícios futuros, nomeadamente 19.731,42 Euros, relativos a seguros (*All-risks* Edifício) e 6.929,23 Euros referentes a uma renda de equipamento da Hewlett Packard.

A rubrica “Rendimentos a reconhecer- Contratos de exploração” corresponde à faturação emitida relativa à contrapartida inicial do direito de exploração das residências do Campus e do Estacionamento, sendo que o rendimento é reconhecido durante a vigência do contrato (25 anos e 35 anos, respetivamente, a partir do momento de início da exploração). No ano de 2022 e 2021, o valor reconhecido foi 226.651,58 Euros e 212.235,58 Euros, que se encontram refletidos na conta 7211 – Concessões (Nota 17). À data de 31/12/2022 os rendimentos a reconhecer ascendem aos seguintes valores: SABAPORTUGAL, SA (2.577.738,11 Euros) e da Studenthouse AMVOH, SA (2.906.636,45 Euros).

A rubrica “Rendimentos a reconhecer - Projetos” reflete o saldo disponível de donativos afetos a vários projetos em curso na Fundação, nomeadamente o projeto da Biblioteca (1.147.334 Euros), do Westmont Institute (1.033.482 Euros) e bolsas a atribuir no âmbito do protocolo Fellowship (242.111 Euros).

Em 2022 foram recebidos donativos para a exploração no valor global de 1.090.319,05 Euros e foram consumidos no exercício o valor global de 1.264.114,29 Euros. Este valor será reconhecido em rendimentos na rubrica de subsídios à exploração na mesma medida da concretização dos projetos e correspondente registo em gastos (ver nota 18).

13 Movimentos nos fundos patrimoniais

Os movimentos ocorridos nos “Fundos patrimoniais” durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2022 têm a seguinte decomposição:

	31-12-22			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Fundos	22,087,401.00	-	-	22,087,401.00
Reservas legais	-	-	-	-
Resultados transitados	(5,655,496.04)	-	(1,341,278.52)	(6,996,774.56)
Outras variações nos fundos patrimoniais	20,778,191.50	2,281,236.53	(527,123.69)	22,532,304.34
Resultado líquido:				
- 2021	(1,341,278.52)	1,341,278.52	-	-
- 2022	-	-	(867,336.41)	(867,336.41)
Total dos fundos patrimoniais	35,868,817.94	3,622,515.05	(2,735,738.62)	36,755,594.37

São membros instituidores da Fundação as seguintes entidades:

	31-12-22		
	Valor Subscrito	Valor realizado	Valor por realizar
Município de Cascais	9.777.401,00	9.777.401,00	-
Banco Santander Totta	6.300.000,00	3.360.000,00	2.940.000,00
Jeronimo Martins SGPS	5.000.000,00	5.000.000,00	-
Sindcom	1.000.000,00	1.000.000,00	-
Nova SBE	10.000,00	10.000,00	-
Total dos Fundos	22.087.401,00	19.147.401,00	2.940.000,00

A Fundação, pelo facto de ser uma entidade sem fins lucrativos, encontra-se dispensada da constituição de Reservas.

A rubrica Fundo Patrimonial reflete o valor do fundo subscrito, sendo que a parcela por realizar encontra-se espelhada no ativo, na rubrica de fundadores, de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Aplicação do resultado

Por deliberação do Conselho de Administração, realizada em 27 de Maio de 2022, o resultado líquido negativo do exercício em 31 de dezembro de 2021 no valor de 1.341.278,52 Euros foi transferido para a rubrica de “Resultados Transitados”.

Em dezembro de 2022, a rubrica de resultados transitados ascende ao valor negativo de 6.996.774,56 Euros resultante da aplicação do resultado negativo do exercício de 2021, no montante de 1.341.278,52 Euros.

24

Outras variações nos fundos patrimoniais

O valor do aumento de 2.281.236,53 Euros, no decorrer do ano de 2022, é referente aos donativos recebidos pela Fundação, em 2022, aplicados na construção do Campus, de acordo com o previsto nos Estatutos da Fundação (cf. art.º. 4.º, n.º 2, a).

O valor das reduções de 527.123,69 Euros, corresponde ao reconhecimento em rendimentos dos valores dos donativos afetos à construção do Campus de Carcavelos, na proporção das depreciações do exercício do edifício “Campus”, conforme divulgado na nota 22.

14 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Fornecedores”, detalha-se da seguinte maneira:

	31-12-22	31-12-21
Fornecedores gerais - Conta corrente	190.066,87	467.829,84
Fornecedores	190.066,87	467.829,84

As dívidas a pagar a Entidades relacionadas estão divulgadas na nota 27 deste anexo.

A rubrica de “Fornecedores” registou em 2022, uma diminuição de cerca de 59,37% face a 2021 (-278 mil euros), que respeita essencialmente à pagamento da dívida ao fornecedor Universidade Nova de Lisboa.

15 Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Financiamentos obtidos”, detalha-se da seguinte maneira:

	31-12-22		31-12-21	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Santander Donations Bridge Facility (Nota 27)	664,527.14	2,261,459.30	322,374.28	2,925,986.44
Santander Other Corporate Donations Facility Bridges (Nota 27)	659,903.57	114,639.32	765,789.30	774,541.89
Santander Long Term Facility (Nota 27)	268,500.00	2,030,400.00	244,800.00	2,330,900.00
Santander Bridge - Fidelidade (Nota 27)	-	-	381,882.92	-
Empréstimo BEI	1,697,771.32	8,353,190.15	2,607,884.87	8,596,776.50
Total de Financiamentos	3,290,702.03	12,759,688.77	4,322,731.37	14,628,204.83

Os “Financiamentos Obtidos” são registados pelo seu valor nominal que não difere substancialmente do seu custo amortizado.

O montante dos financiamentos obtidos no passivo corrente respeita às amortizações previstas em maio e novembro de 2023.

De referir que a Fundação beneficiou, ao abrigo das medidas implementadas durante a pandemia, no que respeita aos financiamentos junto ao Banco Santander Totta, de moratórias (apenas de capital, por opção da Fundação) até Setembro de 2021, tendo o plano de reembolso sido deslocado 18 meses para a frente, em conformidade com o período de vigência das moratórias e a periodicidade do serviço da dívida contratual. Relativamente ao empréstimo de longo prazo do Banco Europeu de Investimento, e por esta instituição não ter sido abrangida pela legislação portuguesa relativa às moratórias, a Fundação tem beneficiado de diferimentos pontuais do serviço da dívida, de forma a não alterar a proporção inicial entre a dívida de longo prazo do Banco Santander Totta e do Banco Europeu de Investimento.

A Fundação Alfredo de Sousa encontra-se neste momento em negociações avançadas com o Banco Santander Totta e com o Banco Europeu de Investimento, com o intuito de adaptar o perfil de reembolso da dívida de longo prazo, tendo em conta os impactos que a Fundação teve que acomodar (especialmente nos últimos 2 anos), decorrente da situação pandémica, esperando-se a conclusão do processo negocial até ao final de Abril de 2023 (ou seja, antes da data de pagamento de serviço da dívida de Maio de 2023).

A rubrica “Financiamentos Obtidos” inclui também quatro contratos *swap* contratados junto do Banco Santander Totta cuja finalidade é a cobertura parcial do risco de taxa de juro dos financiamentos obtidos junto do Banco Santander Totta e do BEI, cujo propósito foi o financiamento das obras e trabalhos inerentes à conclusão do Campus (ver quadro abaixo relativos às condições de cada um dos contratos).

A data de término do quadro abaixo respeita às datas que foram estabelecidas nos contratos e não contempla a prorrogação do prazo decorrente do período de vigência das moratórias.

	Prazo do empréstimo (anos)	Data de término contratualizada	Data de término em negociação	Amortização	Juro	Swap (fixed rate)	Data de início
Santander Donations Bridge Facility	8	30-11-2025	15-11-2029	Anual	Semestral	0.6000%	30-11-2017
Santander Other Corporate Donations Facility Bridges	7	15-05-2024	15-05-2024	Semestral	Semestral	0.4300%	30-11-2017
Santander Long Term Facility	16	15-11-2034	15-05-2038	Semestral	Semestral	1.1160%	15-11-2018
Santander Bridge - Fidelidade	3	15-09-2022	15-09-2022	Anual	Semestral	-	15-09-2019
Empréstimo BEI	19	15-05-2037	15-11-2040	Semestral	Semestral	0.9325%	15-11-2018

Os contratos acima mencionados são produtos financeiros derivados que envolvem a permuta de cash-flows, ou seja, os dois intervenientes trocam indexadores associados aos seus ativos ou passivos em que uma das variáveis é a taxa de juro, em data futura e conforme critérios pré-estabelecidos (indexados à variável da Euribor e uma *fixed rate* indexada à data da contratação, ou seja, fixo até ao término do contrato e muito próximo entre si).

O ganho ou a perda do *swap* é reconhecido na Demonstração de Resultados pelo seu valor líquido, conforme divulgação na nota 25.

16 Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros passivos correntes” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-22	31-12-21
Juros	92,253.62	53,630.97
Remunerações a liquidar	14,247.60	21,475.68
Auditoria	6,486.73	5,635.70
Outros acréscimos de gastos	418,659.79	92,753.65
Credores por Acréscimos de gastos	531,647.74	173,496.00
Adiantamento por conta de vendas - ativo	9,851,000.00	9,851,000.00
Cauções	201,640.70	216,146.73
Fornecedores de Investimentos	153,799.18	200,268.47
Outros credores	25,497.04	277,012.95
Outros credores	10,231,936.92	10,544,428.15
Outros passivos correntes	10,763,584.66	10,717,924.15

Em 31 de dezembro de 2022 o montante de 92.253,62 Euros (2020: 53.630,97 Euros), registado na rubrica “Credores por acréscimos de gastos – Juros” respeita essencialmente a juros referentes ao mês de dezembro de 2022, debitados pelo banco em 2023.

Em 31 de dezembro de 2022 o montante de 14.247,60 Euros (2020: 21.475,68 Euros), registado na rubrica “Credores por acréscimos de gastos – Remunerações a liquidar” englobam o montante de férias e subsídio de férias a pagar em 2023, cujo direito foi adquirido pelos colaboradores em 2022.

O saldo em “Outros acréscimos de gastos” diz maioritariamente respeito à especialização do valor de 362.290,45 Euros referente ao montante do CEMS-MIM que deverá ser faturado pela NOVA SBE à FadS da revogação do acordo assinado a 17 de fevereiro de 2022 relativo às inscrições do ano lectivo 2022/2023, cuja fatura será emitida em 2023. O remanescente no valor de 56.369,34 Euros respeita a gastos de manutenção e atividade do Campus referentes a dezembro de 2022 cujas faturas foram emitidas em janeiro de 2023.

A rubrica “Adiantamentos por conta de vendas” está relacionada com o adiantamento recebido relativo ao contrato de promessa de compra e de venda para a alienação de dois blocos do Campus, à Universidade Nova de Lisboa/Nova SBE, que se encontram reconhecidos em “Outros ativos correntes”, conforme divulgação na nota 11 deste anexo.

A rubrica “Fornecedores de Investimento” é composta sobretudo pela dívida aos fornecedores HCI Construções S.A. (131.283,34 Euros) referente ao débito de juros de mora, não aceites pela FAdS, e Warpcom Services, S.A. (19.476,27 Euros). A dívida referente ao fornecedor HCI Construções S.A. tem uma antiguidade superior a um ano, uma vez que a Fundação não concorda com o valor debitado pelo fornecedor.

O montante da rubrica “Cauções” diz respeito às cauções da Sierra Portugal e do Pingo Doce, recebidas no âmbito do contrato de cessão de exploração do Campus de Carcavelos.

A diminuição registada na rubrica de “Outros credores” respeita essencialmente à transferência do valor de 197.190 Euros referentes às bolsas Fellowship para a rubrica “Outros rendimentos a reconhecer”.

17 Prestação de Serviços

O montante de serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados no período em análise é detalhado como segue, sendo exclusivamente referente ao mercado nacional:

	31-12-22	31-12-21
Prestações de serviços	3.753.074,90	3.328.240,89
Prestações de serviços	3.753.074,90	3.328.240,89

O montante incluído nesta rubrica pode ser detalhado como segue:

	31-12-22	31-12-21
Rendas	2.591.820,98	2.004.501,51
CEMS MIM	776.050,73	848.708,02
Concessões	226.651,58	212.235,58
Contratos Exclusividade	148.000,00	148.000,00
Cedência Espaço (FAdS)	10.161,37	112.607,42
Outros	390,24	2.188,36
Prestações de serviços	3.753.074,90	3.328.240,89

A rubrica “Prestações de Serviços” registou em 2022, um acréscimo de cerca de 12,76% face a 2021, justificado, principalmente, pelo acréscimo registado na rubrica das rendas, uma vez que o exercício de 2021 ainda incluiu alguns descontos acordados relativamente às rendas e ao condomínio, face aos valores contratualizados, devido ao fecho do campus decorrentes das medidas impostas pelo Governo relativamente à pandemia.

A rubrica “Rendas” respeita ao arrendamento do campus à Universidade Nova de Lisboa e à NForumExecutivos e aos rendimentos relativos aos contratos cedência de espaço estabelecidos com as seguintes entidades: Sierra Portugal, Fitness Hut, Pingo Doce, SABA Portugal, StudentHouse AMVOH, Santander Totta, Infrahealth, Fidelidade e Morgado Machado & Santos Machado.

A rubrica CEMS MIM respeita aos rendimentos das propinas relativas ao 2.º semestre do ano letivo 2021/2022 (janeiro a abril de 2022).

O CEMS *Master's in International Management* (“CEMS MIM”) é um programa realizado pelo CEMS *Academic Members* e é considerado um curso de pós-graduação, bem como uma oportunidade de ter uma experiência de estágio. Este programa é aberto a alunos que estejam inscritos num programa de mestrado numa das universidades parceiras do CEMS.

Handwritten notes and signatures in blue ink at the bottom right of the page, including the number 28 and initials VP, G, AB.

O programa CEMS MIM implica que os candidatos estejam num mestrado na área de Gestão ou Finanças pelo período de um ano, tendo sempre por base que estes já têm pré conhecimentos da área decorrente da licenciatura efetuada. A universidade parceira do CEMS em Portugal é a Nova School of Business & Economics em parceria com a Fundação.

Em fevereiro de 2022 foi assinado um acordo de revogação com a Universidade Nova de Lisboa com produção de efeitos a partir de 1 de setembro de 2022, data da cessação, pelo que o ano lectivo 2022/2023 este programa passou a ser completamente desenvolvido pela Universidade Nova de Lisboa.

A rubrica “Concessões” respeita à imputação do rendimento relativo ao ano 2022, referente à conta de “Rendimentos a Reconhecer - Contratos de exploração”, conforme referido na Nota 12.

A rubrica “Contratos de Exclusividade” respeita à faturação anual de acordo com os contratos com diversas entidades, referentes à exclusividade no Campus de Carcavelos, de determinados produtos das marcas referidas.

A rubrica “Cedência de Espaço” respeita a rendimentos gerados pelo aluguer de espaços do Campus de Carcavelos para a realização de eventos externos. A redução verificada em 2022 é o resultado do arrendamento do Grande Auditório à Nova SBE, que passou a assumir a exploração do espaço a partir de 1 de Janeiro de 2022.

18 Subsídios à exploração

O montante de subsídios à exploração na demonstração dos resultados no período em análise é detalhado como segue:

	31-12-22	31-12-21
Projeto Sindcom/Arica - Biblioteca	573.667,00	573.667,00
Projeto Westmont Institute	486.037,81	-
Projeto ICF - Inclusive Community Forum	66.000,00	152.061,34
Projeto Novo Banco	94.631,25	115.631,25
Programa Fellowship for Excellence	43.778,23	-
Subsídios à exploração	1.264.114,29	841.359,59

A rubrica de “Subsídios à Exploração” contempla o reconhecimento em rendimentos referente à execução dos projetos em curso durante o ano. O reconhecimento destes rendimentos é feito na mesma medida do reconhecimento dos gastos incorridos no ano:

- ✓ O projeto Arica é um projeto desenvolvido em conjunto com a Nova SBE que visa apoiar a implementação e a atividade corrente da biblioteca Teresa e Alexandre Soares dos Santos;
- ✓ O projeto Westmont Institute destina-se ao desenvolvimento de um instituto de hospitalidade e turismo em parceria com a Nova SBE.

- ✓ O projeto Inclusive Community Forum é um projeto desenvolvido em conjunto com a Nova SBE que visa a inclusão de pessoas portadoras de deficiência na sociedade;
- ✓ O projeto Novo Banco promove a investigação na área do empreendedorismo e tecnologia; e
- ✓ As bolsas Fellowship dizem respeito a donativos recebidos para apoiar o Programa Fellowship for Excellence da Nova SBE, que premeia a excelência e a dedicação dos alunos de mestrado da escola e os prepara para alcançarem o seu potencial máximo enquanto alunos e cidadãos.

Os projetos são financiados por donativos, sendo que o recebimento destes donativos afetos à exploração é reconhecido na rubrica de “Rendimentos a Reconhecer” (ver nota 12).

19 Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos gastos com “Fornecimentos e serviços externos” é como segue:

		31-12-22	31-12-21
Subcontratados	i)	15.978,02	3.690,00
Subcontratados		15.978,02	3.690,00
Trabalhos especializados	ii)	846.447,24	854.393,07
Vigilância e segurança	iii)	239.670,93	212.773,59
Conservação e Reparação	iv)	195.506,66	177.249,15
Honorários	v)	12.672,61	51.924,04
Serviços especializados		1.294.297,44	1.296.339,85
Ferramentas e utensil. desgaste rápido		25.948,36	9.346,29
Material de escritório		145,32	227,83
Materiais		26.093,68	9.574,12
Electricidade	vi)	471.837,58	109.236,52
Água		64.562,71	(654,75)
Outros fluidos		6.593,28	-
Combustíveis		1.959,74	1.352,65
Energia e fluidos		544.953,31	109.934,42
Deslocações e estadas	vii)	483,70	12.826,35
Deslocações, estadas e transporte		483,70	12.826,35
Limpeza, higiene e conforto	viii)	181.861,99	176.755,04
Seguros		34.344,73	43.017,42
Rendas e alugueres	ix)	26.632,71	34.135,12
Despesas de representação		17.085,45	3.293,11
Outros serviços		16.085,57	-
Serviços bancários		11.336,92	22.923,90
Comunicação		9.009,17	11.718,27
Serviços diversos		296.356,54	291.842,86
Fornecimentos e serviços externos		2.178.162,69	1.724.207,60

A rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” registou em 2022, um aumento de 26% face a 2021 (+454 mil euros), justificado essencialmente pelo aumento registado nas rubricas de eletricidade e de água decorrente de uma alteração na forma de contabilização da refaturação dos gastos, pois em 2021 foi contabilizado a crédito de gastos, no valor de 323.336 Euros, e em 2022 passou a ser contabilizado na rubrica de “Outros rendimentos” pelo montante de 452.191,93 Euros. Conforme

divulgação na nota 2.3 esta rubrica em 2022 não é comparável com o 2021 em virtude da alteração contabilística da refaturação de gastos. Se em 2021 tivesse sido utilizado a mesma metodologia para registar a refaturação do gastos, os Fornecimentos e Serviços externos teriam ascendido a 2.047.543 euros e a variação de 2021 para 2022 seria apenas de 6%.

Subcontratos e Trabalhos especializados – a rubrica inclui maioritariamente gastos com honorários referentes ao Programa CEMS-MIM, com serviços tecnológicos (área informática), contabilidade, advogados e consultoria.

Vigilância e Segurança – a rubrica registou um aumento de 12% face ao exercício anterior (+27 mil Euros) devido a necessidades pontuais de reforço de equipa, fruto ainda das medidas adicionais de segurança em função da pandemia.

Conservação e reparação – a rubrica registou um aumento de 10% face ao exercício anterior (+19 mil Euros) devido a necessidades superiores em 2022 deste tipo de trabalhos.

Honorários – a rubrica registou uma diminuição de 88% face ao exercício anterior (-46 mil Euros) essencialmente devido a uma menor incidência deste tipo de contratos, nomeadamente de Gestão e fiscalização da construção.

Deslocações e estadas – trata-se de gastos referentes a deslocações e refeições de alunos e professores do CEMS-MIM, em território nacional e internacional.

Limpeza, higiene e conforto – a rubrica registou um aumento de 3% face ao exercício anterior devido a necessidades pontuais de reforço de equipa, fruto ainda das medidas adicionais de limpeza e higiene em função da pandemia.

Rendas e alugueres – trata-se de gastos principalmente com o aluguer de equipamento informático para a Fundação.

20 Gastos com pessoal

Os “Gastos com pessoal”, incorridos durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2022 e 2021, detalham-se da seguinte forma:

	31-12-22	31-12-21
Remunerações do pessoal	104.200,95	145.846,63
Encargos sobre remunerações	22.655,50	31.559,01
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.297,73	317,36
Gastos com o pessoal	128.154,18	177.723,00

A 31 de dezembro de 2022, a Fundação tinha a seu cargo 2 colaboradores (2021: 4).

21 Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)” apresenta-se da seguinte forma:

	31-12-22	31-12-21
Início do Período	4.477,20	-
Constituição	-	4.477,20
Reversão	(1.771,20)	-
Final do Período	2.706,00	4.477,20

A reversão em 2022, de parte do montante constituído no período de 2021, acontece porque parte desse valor foi recuperado.

22 Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros rendimentos” apresenta-se da seguinte forma:

	31-12-22	31-12-21
Doações (construção)	527.123,69	525.189,20
Refaturação de Despesas	452.191,93	-
Correcções relativas a períodos anteriores	29.917,39	-
Outros rendimentos e ganhos	14.252,35	-
Doações em Espécie	1.225,57	920,67
Restituição de taxas	-	5.665,66
Subsídios do Estado e outros entes públicos	-	839,06
Outros rendimentos	1.024.710,93	532.614,59

O saldo da rubrica “Doações (construção)” em 2022, reflete o reconhecimento em rendimentos relacionados com os donativos em dinheiro recibos até 31 de dezembro de 2022, na mesma proporção que são registados em gastos das depreciações do exercício relativamente ao edifício “Campus”. Os donativos quando são recebidos são registados na conta de Outras Variações de Fundos Patrimoniais, conforme referido na nota 13 deste anexo.

O saldo da rubrica “Refaturações de despesas” respeita ao redébito dos consumos com eletricidade e com a água às Entidades para os quais existem contratos de arrendamento e de cedência de espaço. Conforme divulgado na nota 19, em 2021 o redébito das despesas de eletricidade e de água decorrente foi contabilizado a crédito de gastos, no valor de 323.336 Euros e em 2022 passou a ser contabilizado na rubrica de “Outros rendimentos”. Conforme divulgação na nota 2.3 esta rubrica em 2022 não é comparável com o 2021 em virtude da alteração contabilística da refaturação de gastos. Se em 2021 tivesse sido utilizado a mesma metodologia para registar a refaturação dos gastos, os Outros Rendimentos teriam ascendido a 855.951 euros.

23 Outros gastos

À data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica “Outros gastos” tem a seguinte decomposição:

	31-12-22	31-12-21
Taxas	2.974,77	1.505,72
Correcções relativas a períodos anteriores	2.093,39	91.033,49
Impostos e taxas	5.068,16	92.539,21
Donativos	1.638.207,26	1.183.667,00
Bolsas de Estudo Atribuídas	57.778,23	23.000,00
Outros gastos e perdas	20.412,42	143,10
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.083,52	521,16
Multas não fiscais	-	588,00
Outros	1.717.481,43	1.207.919,26
Outros gastos	1.722.549,59	1.300.458,47

A rubrica “Donativos” inclui os donativos efetuados à Universidade Nova de Lisboa no âmbito dos projetos Sindcom/Arca- Biblioteca (574 mil Euros), Westmont Institute (486 mil Euros), Inclusive Community Forum (66 mil Euros), conforme divulgações na nota 18 deste anexo, e um donativo efetuado à Universidade Nova de Lisboa, no valor de 165 mil Euros, no âmbito do protocolo assinado para o efeito. Adicionalmente foram ainda efetuados mais dois donativos à Universidade Nova de Lisboa no montante global de 347 mil , de acordo com protocolo de donativo celebrado para o efeito.

A rubrica “Bolsas de Estudo Atribuídas” inclui os montantes das bolsas Santander Futuro e bolsas Santander Iberoamericanas, bem como bolsas do Programa Fellowship for Excellence.

24 Gastos/reversões de depreciação e de amortização

O detalhe dos “Gastos de depreciação e de amortização”, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é o seguinte:

	31-12-22	31-12-21
Ativos fixos tangíveis (Nota 5)	2.015.537,97	1.892.871,51
Ativos intangíveis (Nota 6)	324.936,41	317.925,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2.340.474,38	2.210.796,76

O aumento das depreciações do exercício está relacionado com a aquisição de novos ativos fixos tangíveis em 2022.

25 Juros e gastos similares suportados

À data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica “Juros e gastos similares suportados” tem a seguinte decomposição:

	31-12-22	31-12-21
Financiamentos obtidos	537.968,83	624.880,66
Juros de mora	-	20,75
Juros suportados	537.968,83	624.901,41

Os juros suportados, que totalizaram 537.968,83 Euros em 2022, são relativos aos financiamentos existentes junto do Banco Santander Totta e do BEI, que foram uma das formas de financiamento da construção do Campus.

O montante de juros e swap suportados por empréstimo, em 2022, são têm o seguinte detalhe:

	Juros	Swap
Santander Donations Bridge Facility	72,601.54	-
Santander Other Corporate Donations Facility Bridges	31,203.21	-
Santander Long Term Facility	73,502.21	16,963.43
Santander Bridge - Fidelidade	7,099.92	-
Empréstimo BEI	219,129.53	117,467.90
Total	403,536.41	134,431.33

A diminuição dos juros de financiamentos existentes deve-se à diminuição registada em 15% nos montantes em dívida, de aproximadamente 3 milhões de Euros.

26 Imposto sobre o rendimento do período

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Fundação dos anos 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de Imposto sobre o rendimento do período respeita apenas às tributações autónomas e é detalhado como se segue:

	31-12-22	31-12-20
Imposto s/ rendimento corrente	(3.698,06)	(929,15)
Imposto sobre o rendimento	(3.698,06)	(929,15)

A reconciliação entre o resultado contabilístico e o resultado tributável no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31-12-22	31-12-21
Resultado antes de impostos	(769,144.60)	(1,351,682.78)
Resultado antes de impostos	(769,144.60)	(1,351,682.78) (a)
Gastos não aceites	24,565.55	93,137.99
Benefícios fiscais	4.80	-
Total dos acertos fiscais	24,560.75	93,137.99 (b)
Lucro tributável / (Prejuízo fiscal)	(744,583.85)	(1,258,544.79) (c) = (a) + (b)
Matéria coletável	(744,583.85)	(1,258,544.79)
Tributação Autónoma	(3,698.06)	(929.15)
Imposto sobre o rendimento do período	(3,698.06)	(929.15)

A Fundação não exerce a título principal, atividades de natureza comercial, industrial e agrícola, pelo que segundo o artigo 87.º n.º 5 do Código do IRC ("CIRC"), o valor de rendimentos que sejam enquadráveis nas diversas categorias previstas no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) está sujeito à taxa de 21%. No entanto, como no exercício de 2022 e 2021 existe prejuízo fiscal, o IRC no valor de 3.698,06 Euros (2021: 929,15 Euros) corresponde apenas ao valor da tributação autónoma sobre um conjunto de encargos.

Não existem situações de ativos e passivos por impostos diferidos a registar, conforme divulgação na alínea d) da nota 3.2.

A categorização das rubricas tributadas e isentas reflete-se no quadro abaixo:

	Tributado	Isento	Total
#72	3,753,074.90	-	3,753,074.90
#75	1,264,114.29	-	1,264,114.29
#76	1,771.20	-	1,771.20
#78	497,587.24	527,123.69	1,024,710.93
Total rendimentos	5,516,547.63	527,123.69	6,043,671.32
#62	2,032,228.02	145,934.67	2,178,162.69
#63	119,111.95	9,042.23	128,154.18
#64	2,129,831.69	210,642.69	2,340,474.38
#65	-	-	0.00
#68	1,513,991.07	207,483.94	1,721,475.01
#69	490,529.50	48,513.91	539,043.41
Total gastos	6,285,692.23	621,617.44	6,907,309.67
#81	(3,698.06)	-	(3,698.06)
Resultado líquido do período	(765,446.54)	(94,493.75)	(859,940.29)

A apuramento do resultado é feito de acordo com o referido na nota do imposto sobre o rendimento (ver ponto 3.2, alínea d).

De acordo com o parecer da PLMJ: “consideram-se rendimentos isentos os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito destinados à direta e imediata realização dos fins estatutários. Salientamos que os donativos atribuídos às fundações estão incluídos nesta previsão, i.e., os donativos não são tributados na esfera da fundação”.

27 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Fundação apresentava os seguintes saldos com as “Partes relacionadas”, correspondente ao fundo patrimonial por realizar:

	31-12-22	
	Membros Fundadores	Financiamentos obtidos
Banco Santander Totta	2.940.000,00	5.999.429,33
Total	2.940.000,00	5.999.429,33
	31-12-21	
	Membros Fundadores	Financiamentos obtidos
Banco Santander Totta	3.360.000,00	7.746.274,83
Total	3.360.000,00	7.746.274,83

No decorrer do ano de 2022 e 2021, a Fundação registou os movimentos refletidos no quadro abaixo com entidades relacionadas:

	31-12-22			
	Cientes	Fornecedores	Outros devedores	Outros credores
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Economia	-	-	362,290.50	(9,851,000.00)
Total	-	-	362,290.50	(9,851,000.00)
	31-12-21			
	Cientes	Fornecedores	Outros devedores	Outros credores
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Economia	5,443.30	(253,592.93)	73.61	(9,937,189.18)
Total	5,443.30	(253,592.93)	73.61	(9,937,189.18)

As transações entre entidades relacionadas encontram-se no quadro abaixo:

	31-12-22		
	Fornecimentos e serviços externos	Donativos/Gastos	Prestações de serviços
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Economia	579.287,13	1.695.973,49	1.866.573,68
Jerónimo Martins	-	-	175.244,96
Santander Totta	-	-	8.386,21
Total	579.287,13	1.695.973,49	2.050.204,85

	31-12-21		
	Fornecimentos e serviços externos	Donativos/Gastos	Prestações de serviços
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Economia	521.103,76	1.509.729,50	1.256.477,41
Jerónimo Martins	-	-	132.312,19
Santander Totta	-	-	7.926,06
Total	521.103,76	1.509.729,50	1.396.715,66

28 Informações exigidas por Diplomas Legais

Nos termos do nº1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a Fundação não é devedora de quaisquer contribuições vencidas ao Estado e à Segurança Social.

29 Eventos subsequentes

Até à presente data não são conhecidos eventos subsequentes que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras em 2022.

30 Garantias reais

Em 2017 foram constituídas duas hipotecas a favor do Banco Santander Totta, uma delas na qualidade de agente de garantias do financiamento entre si e o Banco Europeu de Investimento, por tempo indeterminado, para garantia do financiamento bancário e juros, sobre o direito de superfície que tem por objeto o prédio urbano composto por parcela de terreno destinado à execução do projeto “Nova School of Business and Economics” sito na Av. Marginal, em Carcavelos, com o montante máximo assegurado de aproximadamente 23 milhões de euros e de 15 milhões de euros.

Adicionalmente, foi ainda constituída garantia bancária a favor da Infraestruturas de Portugal a propósito da construção do túnel de acesso à praia de Carcavelos, no montante de 152.400,00 Euros.

A garantia bancária prestada pela Fundação que tinha sido constituída a favor da Autoridade Tributária, no montante de 514,407,09 Euros, decorrente do recurso hierárquico efetuado no âmbito do processo da inspeção tributária referida na nota 31. Dado que a Fundação ganhou o processo esta garantia foi cancelada em 24 de junho de 2022.

31 Processos judiciais contra a Fundação

À data de 31/12/2018 foi instaurado um processo de inspeção tributária decorrente de um pedido de reembolso de IVA no montante de 991.557,08 €. Este reembolso de IVA resultou de um ajustamento a favor do sujeito passivo do imposto autoliquidado pela FAdS na declaração periódica de IVA do 4.º trimestre de 2017.

Tal ajustamento decorreu da aplicação da taxa reduzida de imposto aos serviços de construção civil da empreitada de construção do Campus de Carcavelos adquiridos entre 2015 e 2017, o qual tinha sido autoliquidado a 23%. A FAdS fez ajustamento a seu favor decorrente da aplicação da taxa de 6% a estes serviços por cabimento na verba 2.23 da lista I anexa ao Código do IVA, segundo a qual estão sujeitas a taxa reduzida as Empreitadas de reabilitação urbana, tal como definida em diploma específico, realizadas em imóveis ou em espaços públicos localizados em áreas de reabilitação urbana (áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, zonas de intervenção das sociedades de reabilitação urbana e outras) delimitadas nos termos legais, ou no âmbito de operações de requalificação e reabilitação de reconhecido interesse público nacional.

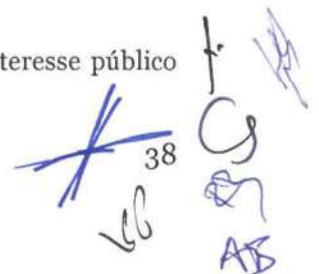
O reembolso foi inicialmente solicitado na declaração periódica referente ao período de imposto 1712T, tendo sido a FAdS notificada do indeferimento do pedido de reembolso por não ter cumprido com a comunicação da caixa postal eletrónica nos termos do artigo 3.º, alínea f) do Despacho Normativo nº 18-A/2010. No seguimento deste indeferimento a Fundação voltou a solicitar o reembolso na declaração periódica referente ao período de imposto 1803T.

Após regularização da situação referente à caixa postal, a Fundação foi notificada do projeto de relatório de inspeção tributária, o qual propunha correções no montante de €991.557,08 por “incorreta aplicação da taxa reduzida a operação sem previsão legal na lista I anexa ao CIVA e na regularização indevida de imposto.”

Não concordando com tais correções, a Fundação exerceu o seu direito de audição. No seguimento do referido direito de audição foi a Fundação notificada do Relatório Final de Correções do qual recorreu pela via de submissão de um Recurso Hierárquico, a 13/03/2021, da Notificação de Indeferimento de Reembolso n.º 103019079, na sequência da Ordem de serviço n.º OI201803323/OI201804989 dos Serviços de Inspeção Tributária. À presente data o referido Recurso encontra-se ainda em apreciação pelos serviços tributários.

A este propósito cumpre referir que a já mencionada verba 2.23 estabelece que, para aplicação da taxa reduzida de IVA a uma empreitada de reabilitação urbana esta deverá ser realizada:

- i) em imóveis ou em espaços públicos localizados em áreas de reabilitação urbana delimitadas nos termos legais, ou
- ii) no âmbito de operações de requalificação e reabilitação de reconhecido interesse público nacional.



Como tem vindo a Fundação a defender junto da Autoridade Tributária, resulta claro da letra da lei que para que uma empreitada de reabilitação urbana seja considerada como tal deverá cumprir apenas com um dos dois requisitos alternativos da provisão legal acima transcrita, estando a aplicação da taxa reduzida apenas dependente do preenchimento de um dos dois requisitos ali avançados.

Não obstante a mera relação de alternatividade destas condições e consequente necessidade de estar preenchido apenas um dos requisitos, a Fundação cumpre com ambos os requisitos, conforme se pode demonstrar por via dos avisos publicados em diário da república (Aviso n.º 15369/2017 - publicado a 11 de agosto de 2015, referente ao Projeto de ORU simples para a ARU de Carcavelos; Aviso n.º 6513/2018 - publicado a 23 de abril de 2018, relativo à alteração da Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana e, ainda, Aviso n.º 8811/2015 publicado a 23 de julho de 2015 referente à aprovação de Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana) e pelas propostas da Câmara de Cascais (Proposta n.º 916/2017 - Reunião de Câmara, de 30 de outubro de 2017 e Proposta n.º 238/2018 - Reunião de Câmara, de 20 de março de 2018), bem como pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2012, de 10 de julho de 2012.

Em consequência da ação inspetiva, a Autoridade Tributária praticou os seguintes atos:

- i) Indeferiu o pedido de reembolso de IVA no valor de 594.772,19 EUR; e
- ii) Emitiu as liquidações adicionais de IVA no montante global de 406.418,52 EUR, as quais correspondem à diferença entre o IVA autoliquidado à taxa de 6% e que, no seu entendimento, deveria ter sido liquidado à taxa de 23%.

Em face dos atos praticados pela Autoridade Tributária, a Fundação reagiu por duas vias distintas e autónomas:

- i) Ação administrativa judicial quanto ao pedido de reembolso; e
- ii) Reclamação graciosa quanto às liquidações adicionais.

Estado do processo (Ação Administrativa Judicial): Relativamente ao indeferimento do pedido de reembolso, a Fundação apresentou, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, ação administrativa judicial, nos termos da qual sustentou a validade do seu procedimento e, consequentemente, o seu direito ao reembolso solicitado.

Estado do processo (Impugnação Arbitral): No que concerne às liquidações adicionais de IVA emitidas, a Fundação apresentou reclamação graciosa junto da Direção de Finanças de Lisboa. Apesar de os factos apresentados sustentarem a legalidade do procedimento tributário adotado pela Fundação, a reclamação graciosa foi expressamente indeferida, mantendo aquela entidade os argumentos anteriormente expandidos no relatório de inspeção tributária.

Em reação a tal decisão de indeferimento, a Fundação interpôs impugnação arbitral junto do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), tendo a ação transitado em julgado em fevereiro de 2021, com uma decisão totalmente favorável à Fundação, pelo que à data do fecho das contas já não se encontra nenhum processo de execução fiscal na Autoridade Tributária. Foi entretanto requerido ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra a junção aos autos desta decisão arbitral, tendo em conta a identidade factual e jurídica nas matérias em contenda em ambos os litígios.

Não foi constituída nenhuma perda de imparidade relativa ao pedido de reembolso de IVA no valor de 594.772,19 Euros, pois é entendimento do Conselho de Administração da Fundação, tendo em conta o resultado do procedimento arbitral relativo às liquidações adicionais e a informação fornecida junto dos advogados (CCR Legal) mandatados pela Fundação, que a ação venha a ser julgada como favorável às pretensões da Fundação e que esta venha a receber o valor do pedido de reembolso solicitado.

32 Compromissos assumidos pelos doadores

De seguida apresenta-se o quadro com os compromissos assumidos por vários doadores, a serem recebidos no decorrer dos próximos anos e que não se encontram refletidos nas Demonstrações Financeiras, pois só serão reconhecidos à medida que forem sendo recebidos, por uma questão de prudência:

Valores expressos em euros

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Valores comprometidos	3.376.917	2.424.917	1.674.917	1.258.667	1.251.167	600.000	570.000	150.000	11.306.585

33 Acontecimentos após a data do balanço

No final de Janeiro de 2023, Daniel Traça renunciou ao cargo de Vogal do Conselho do Conselho de Administração, tendo a Universidade Nova de Lisboa designado António Nogueira Leite para o referido cargo.

No início de Fevereiro de 2024, João Sâágua renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Curadores. No final de Março de 2024, Miguel Pinto Luz renunciou ao cargo de Presidente do Conselho do Conselho de Administração, não tendo ainda sido nomeado à presente data o novo Presidente do Conselho de Administração.

O atraso verificado na aprovação e assinatura das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022 deveu-se aos sucessivos adiamentos no agendamento da reunião do Conselho de Curadores do ano de 2023.

Para além do acima referido, não existem outros factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2022, até à presente data, que justifiquem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo naquela data, ou que afetem as situações e/ou informações nas mesmas relevadas.

Carcavelos, 22 de Abril de 2024

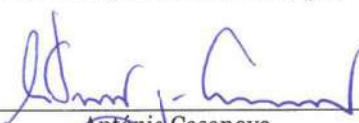
**O Contabilista
Certificado**


Hugo Gonçalves

**Vogal do
Conselho de Administração**


Alexandra Brandão

**Vogal do
Conselho de Administração**


António Casanova

**Vogal do
Conselho de Administração**


António Nogueira Leite

**Vogal do
Conselho de Administração**


Clara Streit

**Vogal do
Conselho de Administração**


Henrique de Castro

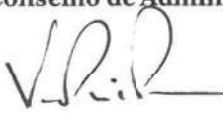
**Vogal do
Conselho de Administração**


Henrique Soares dos Santos

**Vogal do
Conselho de Administração**


Rui Diniz

**Vogal do
Conselho de Administração**


Vera Pinto Pereira

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao período findo a 31 de dezembro de 2022 não estão assinadas pelo Presidente do Conselho de Administração pois à data da sua emissão não existia Presidente do Conselho de Administração em funções.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Fundação Alfredo de Sousa (a entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 71.771.991 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 36.755.594 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 867.336 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Fundação Alfredo de Sousa em 31 de dezembro de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos à atenção para a situação descrita na nota nº 31 do Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 sobre o processo de inspeção tributária instaurado em 2018 decorrente de um pedido de reembolso de IVA.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo a Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório e contas foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 6 de setembro de 2024

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento, Revisor Oficial de Contas n.º 1167
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Fundadores e Administradores da Fundação Alfredo de Sousa

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida durante o ano de 2022 e dar o nosso Parecer sobre o relatório de gestão e os documentos de prestação das contas, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, apresentados pela Administração.

1. No decurso do exercício acompanhamos com regularidade a atividade da entidade, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com o órgão de gestão e os seus diretores. Efetuámos uma verificação por amostragem dos registos contabilísticos e da respetiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão e de riscos e de controlo interno. Vigiamos pela observação da lei e dos estatutos. No exercício da nossa atividade não deparamos com quaisquer constrangimentos.
2. No exercício das nossas funções verificámos que:
 - a) o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos capitais próprios e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade e dos seus resultados, assim como das suas alterações do fundo patrimonial e dos seus fluxos de caixa;
 - b) o relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspetos da atividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspetivas da evolução previsível da Entidade; e
 - c) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conforme a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e são adequadas por forma a assegurar que as mesmas conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.
3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, emitimos uma certificação legal das contas não qualificada com uma ênfase, referente ao exercício de 2022, datada de 6 de setembro de 2024, cujo conteúdo se transcreve:

“Chamamos à atenção para a situação descrita na nota n.º 31 do Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 sobre o processo de inspeção tributária instaurado em 2018 decorrente de um pedido de reembolso de IVA.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.”
4. Somos do parecer que a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.



5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e serviços da Entidade, bem como as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do Parecer que:
- a) Sejam aprovados o relatório de gestão assim os documentos de prestação das contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 6 de setembro de 2024

O Fiscal Único

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento, Revisor Oficial de Contas n.º 1167
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779